

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
THUANNE DULCILIA MACEDO

GESTÃO PARTICIPATIVA EM ITINERÁRIOS DE TURISMO RURAL

CURITIBA
2016

THUANNE DULCILIA MACEDO

GESTÃO PARTICIPATIVA EM ITINERÁRIOS DE TURISMO RURAL

Trabalho apresentado à disciplina de Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo II, como forma de avaliação parcial para a obtenção do título de bacharel em Turismo, do Curso de Turismo, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profa. Dra. Letícia Bartoszeck
Nitsche

CURITIBA

2016

À meus pais, Dixelma e Pedro.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força.

À minha mãe, pelo cuidado, dedicação, por aturar as minhas explosões de humor e por se doar tanto, sem nunca esperar nada em troca. Ao meu pai, pelo exemplo de vida e perseverança, por todo o carinho e por me fazer sentir vencedora. Eu amo vocês.

Às minhas irmãs, Viviane e Julliane, pelo apoio.

Aos demais familiares, que mesmo estando longe estavam torcendo por mim.

Aos amigos que conquistei nestes anos, que com certeza fizeram desta trajetória mais leve e divertida. Principalmente, à Bianca Berwig Silva pelo companheirismo e parceria nos trabalhos acadêmicos, por ter aturado as minhas intermináveis lamentações e, acima de tudo, pela amizade.

Aos professores do Curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná, pela dedicação ao ensino e pelo conhecimento proporcionado. Em especial à Prof. Dra. Letícia Bartoszeck Nitsche, pelo carinho e paciência ao me orientar neste trabalho e também pelas demais oportunidades que tivemos em trabalhar juntas ao longo desses quatro anos de curso. Obrigada por ter acreditado em mim.

Aos pesquisadores e gestores que colaboraram com a coleta de dados desta pesquisa, em especial à Luciane Neri e Marta Takahashi também pela participação na banca examinadora.

RESUMO

O estudo versa a respeito da formação de roteiros compostos por empreendimentos de turismo no espaço rural denominados itinerários. O objetivo do trabalho foi analisar como ocorre a gestão participativa em itinerários de turismo rural. Para isto, a presente pesquisa, classificada como qualitativa, se realizou através de uma pesquisa exploratória, com técnicas documental, bibliográfica e questionários e entrevistas com especialistas da temática e gestores de itinerários. Foram identificados pontos positivos da gestão participativa e problemas e/ou dificuldades enfrentadas pelos gestores. Os resultados constataram a existência de problemáticas na estrutura e na gestão destes itinerários que estão suprimindo os benefícios de uma gestão coletiva. A partir disto, foi proposto um Projeto de Assistência Técnica e Extensão de Turismo Rural com o propósito de auxiliar os gestores de itinerários de turismo rural nos processos de gestão.

Palavras-chave: Gestão Participativa. Turismo Rural. Itinerários de Turismo Rural.

ABSTRACT

This study deals about the conformation of routes compose of tourism enterprises in rural areas called itineraries. The objective of this work was analyze how the participative management occurs in rural tourism itineraries. For this, the present research, classified as qualitative, was held through an exploratory research, with documentary and bibliographical techniques and questionnaires and interviews with experts and itineraries managers. It was identified strengths of participative management and problems and/or difficulties faced by managers. The results found that there are problems in the structure and management of this itineraries that are suppressing the benefits of collective management. From this, a Technical Assistance and Rural Tourism extension Project was proposed in order to assist managers of rural tourism itineraries in the management processes.

Keywords: Participative Management. Rural Tourism. Rural Tourism Itineraries.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 – REPRESENTAÇÃO DO TURISMO RURAL.....	21
--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ÂMBITO DOS ROTEIROS TURÍSTICOS.....	26
QUADRO 2 - PRINCÍPIOS PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA IDEAL.....	39
QUADRO 3 - CRITÉRIOS PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA IDEAL.....	39
QUADRO 4 - PESQUISADORES E TÉCNICOS.....	44
QUADRO 5 - RELAÇÃO ITINERÁRIOS CITADOS X QUANTIDADE DE VEZES MENCIONADOS.....	45
QUADRO 6 - FATOR DE DIFICULDADE DE GESTÃO EXTERNO.....	48
QUADRO 7 - FATORES DE DIFICULDADES DE GESTÃO INTERNAS.....	48
QUADRO 8 - FATORES POSITIVOS DO TURISMO RURAL.....	52
QUADRO 9 - FATORES POSITIVOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA.....	52
QUADRO 10 - RELAÇÃO TEMAS SUGERIDOS X NÚMERO DE VEZES MENCIONADO.....	54
QUADRO 11 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DOS ITINERÁRIOS.....	56
QUADRO 12 - TOMADA DE DECISÃO.....	57
QUADRO 13 – PROBLEMAS DE INTEGRAÇÃO.....	58
QUADRO 14 - FATORES POSITIVOS X QUANTIDADE DE VEZES MENCIONADOS.....	59
QUADRO 15 - PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES EXTERNAS.....	61
QUADRO 16 - PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES DA GESTÃO.....	62
QUADRO 17 - SUGESTÕES PARA MELHORAR O ITINERÁRIO.....	63
QUADRO 18 - SUGESTÕES PARA MELHORAR A GESTÃO.....	64
QUADRO 19 – PRINCIPAIS FATORES POSITIVOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA.....	65
QUADRO 20 – PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS GESTORES.....	66
QUADRO 21 - ETAPAS DO PROJETO.....	69

QUADRO 22 – ORIENTAÇÕES PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA EM ITINERÁRIOS DE TURISMO RURAL.....	71
QUADRO 23 - RECURSOS HUMANOS DO PROJETO.....	73
QUADRO 24 - ORÇAMENTO DO PROJETO.....	75

LISTA DE SIGLAS

ABRATURR - Associação Brasileira das atividades de Turismo Rural

ACAVIM - Associação do Roteiro Caminho do Vinho

APAMAC - Associação dos Pequenos Agricultores de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros

APROVALE - Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CITUR - Circuito Italiano de Turismo Rural

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

COOPTUR - Cooperativa Paranaense de Turismo

ECITUR - Associação dos Empreendedores do Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGR – Instância de Governança Regional

MTUR – Ministério do Turismo

OCDE - Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico

OOT - Órgão Oficial de Turismo

PATETR - Projeto de Assistência Técnica e Extensão em Turismo Rural

PNTRAF - Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRTUR – Paraná Turismo

RMC - Região Metropolitana de Curitiba

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. MARCO TEÓRICO	14
2.1. TURISMO RURAL.....	14
2.2. ITINERÁRIOS E ROTEIROS TURÍSTICOS.....	24
2.3. GESTÃO PARTICIPATIVA.....	33
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	44
4.1. RESULTADOS E ANÁLISE DE PESQUISA: PESQUISADORES E TÉCNICOS.....	44
4.2. RESULTADOS E ANÁLISE DE PESQUISA: GESTORES DE ITINERÁRIOS	56
4.3. ANÁLISE GERAL	64
5. PROJETO DE TURISMO	67
5.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	68
5.2. ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	69
5.2.1. Descrição das Etapas para a Execução do Projeto.....	69
5.2.2. Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa	73
5.2.3. Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa	75
5.2.4. Avaliação do retorno do Investimento.....	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO AOS PESQUISADORES E TÉCNICOS.....	85
APÊNDICE 2 - FORMULÁRIO AOS GESTORES.....	85
APÊNDICE 3 – PRINTSCREEN DO FORMULÁRIO AOS GESTORES	86
APÊNDICE 4 – PESQUISADORES: EXEMPLO DE ITINERÁRIOS E MOTIVO.....	86
APÊNDICE 5 – PESQUISADORES: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS GESTORES	89
APÊNDICE 6 – PESQUISADORES: FATORES POSITIVOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA.....	91
APÊNDICE 7 – PESQUISADORES: FATORES QUE NECESSITAM DE MAIS ESTUDO	92

APÊNDICE 8 – GESTORES: TOMADA DE DECISÕES.....	94
APÊNDICE 9 – GESTORES: PROBLEMAS DE INTEGRAÇÃO	95
APÊNDICE 10 – GESTORES: FATORES POSITIVOS EM FAZER PARTE DE UM ITINERÁRIO.....	96
APÊNDICE 11 – GESTORES: FATORES QUE DIFICULTAM A GESTÃO.....	97

1. INTRODUÇÃO

O espaço rural sofreu ao longo dos anos constantes modificações, estas sempre em acordo com o desenvolvimento da sociedade. Grande parte destas modificações são relacionadas ao processo de industrialização que promoveu a urbanização dos espaços que antes possuíam características predominantemente rurais.

Devido a estas mudanças no cenário rural, Elesbão (2014) afirmou que houve uma divisão em dois grupos das famílias que pertenciam aquele meio rural. O primeiro grupo é pertencente àqueles que tinham condições de investir em novas técnicas, portanto conseguiram se adaptar. O segundo grupo é relacionado aos que foram excluídos desta modernização. Muitos, sem perspectivas acabaram realizando a migração aos centros urbanos e houve aqueles, que mesmo excluídos, permaneceram no meio rural.

Aqueles que permaneceram, sofreram o processo de modificação relacionada às atividades econômicas praticadas pelas famílias que antes eram essencialmente agrícolas, e a partir deste momento passaram a ter caráter pluriativo (mais de uma atividade econômica). Estas novas características apresentadas é que são apontadas pelos autores como pertencentes ao “Novo Rural”. (GRAZIANO DA SILVA, 1999; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1997)

Neste contexto estão inseridas as atividades turísticas. Com o crescimento da oferta destas atividades e o aumento de propriedades que buscam se inserir no mercado turístico. É necessário ter presente o planejamento e a gestão do turismo rural de modo sustentável buscando um melhor ordenamento da oferta.

Em muitos casos, este ordenamento ocorre por meio da criação de roteiros do tipo itinerário tendo como iniciativa advinda de um processo de cooperação entre os três atores responsáveis para o desenvolvimento desta atividade, empreendedores, sociedade civil organizada e o poder público.

Para Bahl (2004) os roteiros do tipo itinerários podem influenciar o desenvolvimento das localidades onde são implantados. Bahl e Nitsche (2012), ainda comentam que os itinerários têm como base em sua gestão uma organização coletiva onde compreende-se alguns dos envolvidos na oferta turística divididos em três esferas, a privada, a do poder público e a sociedade civil organizada. Estes, em muitos itinerários, formam uma associação para que a gestão seja melhor organizada.

Assim, é que recai a importância da gestão participativa implantada nestes itinerários de turismo rural. Para Sant'anna, Oliveira e Berenstein (2001) a gestão participativa está relacionada a grupos sociais que buscam intervir, de certa maneira nos processos de decisão. Esta intervenção pode estar relacionada à vários fatores, tais como, defesa de interesses e propostas de soluções.

As autoras destacam que a melhoria da qualidade de vida da população é dependente da predisposição desta em formar redes sociais e organizações cívicas. E ainda, a gestão participativa é uma das melhores opções que podem ser tomadas no processo de viabilização de um contrato social entre o estado e a sociedade civil.

No entanto, alguns autores encontram problemáticas no que concerne à implantação desta gestão participativa nos itinerários de turismo rural. Macedo (2014) constatou, em seu relatório de Iniciação Científica inserido no projeto de Nitsche (2013), que poucos dos itinerários apresentam como instituições associações de produtores ou empresários. Muitas iniciativas de turismo rural contam apenas com prefeituras municipais, secretarias ou departamentos ligados ao turismo.

Bahl e Nitsche (2012) também já haviam feito uma observação semelhante. Para os autores, estes itinerários, geralmente, são geridos pelo poder público dentro da esfera turística. E embora haja, de modo geral, associações de produtores e empresários como instituição de gestão principal, a presença destas ainda é pequena.

Por isso, é que se justifica a importância de um estudo mais aprofundado acerca da gestão participativa nestes itinerários de turismo rural, pois a partir de um embasamento teórico percebe-se benefícios que esta gestão pode trazer a uma localidade, assim cabe também a questão de como esta gestão participativa pode ser implantada para que realmente surta estes efeitos benéficos. A partir disto é que se dá a problemática central deste trabalho: "Como ocorre a gestão participativa em itinerários de turismo rural? ".

Assim, com base na conclusão do estudo sobre itinerários de turismo rural de Nitsche, Neri e Bahl (2010), a presente pesquisa buscou confirmar as seguintes hipóteses:

- Existem problemas de comunicação entre a sociedade civil organizada, empreendimentos e o poder público;
- Os empreendimentos necessitam de orientação e maior acompanhamento na oferta de seus atrativos voltados a atividade turística;

Deste modo, para refutar e/ou confirmar as hipóteses apresentadas, o presente trabalho tem como objetivo geral “Analisar como ocorre a gestão participativa em itinerários de turismo rural” e ainda como objetivos específicos:

- Verificar a interação entre o poder público, empreendimentos e a sociedade civil inseridos em itinerários de turismo rural;
- Analisar aspectos positivos e negativos da gestão participativa do turismo em itinerários turísticos;
- Propor orientações vinculadas à gestão participativa que possam servir de referência para o planejamento e a gestão de itinerários de turismo rural.

No que concerne ao seu referencial teórico, este estudo traz a abordagem de três temáticas principais, que são essenciais no embasamento necessário para o desenvolvimento da pesquisa. As temáticas são: turismo rural, roteiros e itinerários turísticos e por fim, a gestão participativa.

Em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na construção deste trabalho onde serão apresentados o tipo, as técnicas de pesquisa, meios de coleta de dados, a construção dos instrumentos de coleta assim como a apresentação dos resultados e sua análise. Posteriormente, é sugerido o projeto de turismo que consiste em um Projeto de Assistência Técnica e Extensão em Turismo Rural, encerrando com as considerações finais.

2. MARCO TEÓRICO

O presente tópico tem o propósito de apresentar conceitos referente a temática deste estudo a fim de dar o embasamento teórico necessário para as próximas etapas desta pesquisa. Deste modo, o marco teórico foi desenvolvido acerca das temáticas turismo rural, itinerários e roteiros turísticos e por fim, a gestão participativa presente nos itinerários de turismo rural.

No primeiro tema referente ao turismo rural, são apresentados os conceitos e a diferenciação do espaço rural e urbano. Com isso, explana-se também sobre a mudança do espaço rural ao longo dos anos até a inserção de novas atividades pelos agricultores referentes ao turismo rural. Após isso, além do conceito de turismo rural, também são mencionados o agroturismo e o turismo rural na agricultura familiar.

O segundo tópico concerne aos itinerários e roteiros turísticos. Neste, conceituam-se os roteiros de turismo rural e sua diferenciação dos chamados itinerários turísticos. Ainda, apresentam-se a tipologia e classificações destes roteiros, assim como terminologias inerentes à temática. E por fim, evidenciam-se itinerários de destaque no cenário internacional e nacional.

A última temática abordada trata-se da gestão participativa e demais temáticas relacionadas, como o associativismo e o turismo de base comunitária. Deste modo, expõem-se os conceitos da gestão participativa e os atores que devem ser envolvidos para que o turismo seja desenvolvido de forma sustentável.

2.1. TURISMO RURAL

Para iniciar a conceituação de turismo rural, é necessário antes a compreensão do espaço rural em si, e sua diferenciação entre o espaço urbano. Esta compreensão é necessária para que se possa entender a delimitação da área relacionada a grande temática que este trabalho busca estudar.

Geralmente o conceito de urbano é associado aos aglomerados arquitetônicos e populacionais onde a economia é voltada aos setores secundários e terciários, já o espaço rural é voltado ao local onde atividades relacionadas ao setor primário são desenvolvidas, como a agricultura e a pecuária. (DELGADO, 2004)

No entanto, estudos como os apresentados no relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o cenário rural vem se modificando ao

longo dos anos, por isto há a necessidade de análises e pesquisas cada vez mais atuais. (IBGE, 2015). Desta forma, a definição do conceito do espaço rural gera certa divergência nas pesquisas encontradas de autores nacionais e internacionais.

Siqueira e Osorio (2001) buscam elucidar o conceito de espaço rural a partir da Idade Média, predominantemente em espaços hoje referentes ao continente europeu. De acordo com o que foi apontado pelos autores, as plantações eram feitas para subsistência da população que vivia dentro de uma comunidade feudal e o espaço onde isto ocorria era considerado o espaço rural. Apenas uma pequena parcela da sociedade da época vivia nas cidades, que tinham como função primordial ser um centro comercial onde ocorria a troca e/ou venda de mercadorias.

Foi devido à expansão do capitalismo, e, por conseguinte, a Revolução Industrial, que a formação dos centros urbanos começou a tomar mais força. Através desta demarcação histórica é que começa a real distinção entre a cidade e o campo.

Os autores também levantam três hipóteses acerca da definição do rural. A primeira é relativa às atividades econômicas, como já mencionado anteriormente. Estas atividades econômicas acabam sendo associadas às questões ambientais, pelo contato direto com a natureza e por serem, na maioria das vezes, realizadas ao ar livre.

A segunda característica mencionada refere-se ao tamanho das comunidades, que são menores se comparadas aos centros urbanos. Ou seja, a densidade demográfica é mais baixa. E por fim, os autores referem-se à complexidade, pois o rural teria peculiaridades menos complexas que as enfrentadas no espaço urbano.

Em relação a densidade demográfica, Abramovay (2000) menciona que a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) considera como unidade de base rural aquela com densidade inferior a 150 habitantes por km² onde o seu núcleo urbano possuía uma densidade demográfica superior a este número de habitantes.

Segundo Abramovay (2000), estas unidades de base rural são categorizadas em três. A primeira é referente às áreas essencialmente rurais, onde mais de 50% da população regional vivem em unidades de base rurais. A segunda são as relativamente rurais, cuja população habitante seja entre 15% e 50%. E a última seria a essencialmente urbanizada, onde menos de 15% do índice populacional pertença às bases rurais.

No entanto, o autor transparece sua insatisfação à diferenciação dos dois âmbitos, rural e urbano, em cada país. Há países que delimitam estes espaços administrativamente, onde locais que possuam uma maior presença do serviço público são considerados urbanos e os demais são rurais, segundo Abramovay (2000) este é o caso do Brasil. Este autor ainda menciona que esta definição dá margem ao entendimento que o espaço rural sempre será aquele que possui carência em estrutura urbana.

Em outros países, a definição se baseia no quesito econômico relacionado à agricultura. A área com uma grande quantidade de habitantes e que estes tenham como fonte de renda atividades relacionadas ao setor primário, e até secundário, são consideradas rurais. A quantidade referente a população é definida do modo que mais convém as características de cada país.

E o terceiro aspecto, para definição de áreas rurais e urbanas, está relacionado a dimensão populacional da região, onde são definidos parâmetros para a consideração de uma área rural ou não. Este, segundo Abramovay (2000), é o aspecto que leva a uma definição menos inadequada, porém, não tão satisfatória.

Segundo o autor, o que se deve ter em consideração nesta diferenciação de espaço é que, o espaço rural não é um local antagônico ao urbano com índices de desenvolvimento menores e o urbano também não é uma evolução social do ambiente rural. Os dois são complementares, ou seja, o espaço urbano depende das atividades econômicas rurais como a agricultura, por exemplo, e o ambiente rural depende dos contatos que são estabelecidos no meio urbano.

Em conformidade a isto, Tulik (2003, p. 14) comenta que os delineamentos entre o espaço rural e urbano não são exatos. A autora menciona que:

Existem áreas intermediárias nas quais características urbanas e rurais se misturam. No limite entre o urbano e o rural, definem-se áreas em processo de transição do rural para o urbano, ou seja, franjas urbanas. Progressivamente, nas áreas de grande expansão, o urbano invade o rural e novos espaços intermediários se definem.

Assim, percebe-se que o meio rural está em constante modificação. À estes novos espaços com características mescladas, Graziano da Silva (1999) afirma que este é um processo que vem ocorrendo desde os anos 1980 e um dos fatores principais foi o da industrialização que influenciou no aumento do espaço urbanizado que acabou transbordando para o meio rural.

Após este processo de industrialização e modernização, as famílias pertencentes àquele meio, segundo Elesbão (2014) acabaram sendo divididas em grupos. O primeiro é pertencente àqueles que tinham condições de investir nestas novas técnicas, portanto conseguiram se adaptar. O segundo grupo é relacionado aos que foram excluídos desta modernização. Muitos, sem perspectivas acabaram realizando a migração aos centros urbanos e houve aqueles, que mesmo excluídos, permaneceram no meio rural.

Aqueles que permaneceram, sofreram o processo de modificação relacionada as atividades econômicas praticadas pelas famílias que antes eram essencialmente agrícolas, e a partir deste momento passam a ter caráter pluriativo (mais de uma atividade econômica) ou podem até chegar a ser considerados não-agrícolas. Estas novas características apresentadas é que são apontadas pelos autores como pertencentes ao “Novo Rural”. (GRAZIANO DA SILVA, 1999; GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1997)

Neste contexto, as atividades turísticas foram sendo introduzidas no meio rural. Os aspectos rurais começaram a ser valorizados e passaram a representar um local onde há a possibilidade de descanso e fuga do cotidiano urbano. Segundo Silva (2009), àquelas pessoas que pertenciam ao campo passaram a sentir falta deste cenário e de suas características, assim, destacou-se a estima destes pelo meio rural.

A partir daí, viu-se então uma nova oportunidade de negócio surgindo. As propriedades rurais começaram a abrir suas portas ofertando produtos e serviços capazes de suprir o desejo da nova demanda. Lane (2014), menciona que a oferta do turismo rural se iniciou através dos pequenos produtores e empresários rurais que buscavam sobreviver à baixa no mercado da agricultura e outros negócios rurais, assim, acabaram apostando no turismo.

Portanto, a seguir busca-se conceituar o turismo rural. Para Tulik (2003), a definição deste segmento de turismo é um tanto quanto complexa, devido as mais variadas classificações bibliográficas e termos adjacentes que aparecem. No entanto, de modo geral e simples, a autora menciona o turismo rural como um conjunto de atividades desenvolvidas no espaço rural.

Para a autora, o turismo rural no Brasil, em grande maioria, é baseado nos modelos de turismo rural internacionais. Os modelos internacionais aos quais a autora explicita são dos seguintes países, França, Portugal, Espanha e Itália.

Seguindo a conceituação da própria autora, o turismo rural internacional de modo geral, constitui-se “[...] no aproveitamento de recursos existentes, sendo estes entendidos como qualquer elemento, atividade ou manifestação cultural relacionada ao meio rural, aqui entendido no sentido mais amplo, que inclui a natureza e todas as manifestações de turismo ali presente. ”

Assim, Tulik (2003) apresenta um resgate histórico e conceitual do turismo rural nestes quatro países apresentados citados, como descritos a seguir.

Na França, o modelo de turismo rural surgiu como alternativa para enfrentar o êxodo rural, complementando a renda da família produtoras, além de proteger a natureza. O turismo rural francês ocorre dentre duas abordagens. A abordagem territorial, com a oferta de alojamento e abordagem por produtos, que ocorre no entorno do alojamento. (TULIK, 2003)

O turismo no espaço rural, em Portugal, surgiu basicamente pelos mesmos motivos que o francês, ou seja, na tentativa de combate ao êxodo rural, além do desenvolvimento das áreas rurais. Neste, estão inseridas quatro categorias regulamentadas no país, Turismo Rural, Agroturismo, turismo de Aldeia e Casas de Campo. (TULIK, 2003)

O turismo rural ocorre em casas particulares, com arquitetura rústica e características do meio rural. O Agroturismo também é referente a residências como a citada anteriormente, no entanto, estas proporcionam ao turista a participação na rotina da casa. No turismo de aldeia, aproveita-se aquelas que possuem características locais. E por fim, as casas de campo propiciam a convivência com a família do campo, segundo a autora, este seria a categoria com características menos elitizadas. (TULIK, 2003)

Na Espanha, o chamado turismo de retorno foi o segmento que deu início à atividades relacionadas ao turismo rural. Este nome foi relacionado à volta do interesse pelo ambiente rural após o processo de êxodo aos centros urbanos devido a industrialização. (TULIK, 2003)

Passados alguns anos destes fatos, de acordo com a autora, houve iniciativas públicas em conjunto com iniciativas privadas acerca da valorização do espaço rural e do patrimônio que o compusesse, principalmente o imobiliário. A partir disto, foi criado o programa de férias nas “Casas de Labranza”, que se referem a um tipo específico de alojamento rural do país.

Ainda, segundo Tulik (2003), outras iniciativas relacionadas ao turismo em meio rural foram surgindo na Espanha. Iniciativas estas como o auxílio financeiro a associações, cooperativas e grupos empresariais que promovam o turismo rural.

No que confere a Itália, a autora destaca o uso do termo Agroturismo para expressar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo rural. No início, surgiram iniciativas de valorização e proteção de espaços naturais e rurais. Assim, agricultores passaram a abrir suas casas ofertando atividades ligadas ao meio rural e comercializando seus produtos.

A partir deste histórico, pode-se perceber que o turismo rural internacional, mais precisamente europeu, tem uma relação muito presente com os alojamentos, onde a atividade turística ocorre basicamente por estes meios. De acordo com isto é que Tulik (2003) afirma que todos estes modelos serviram, de certa maneira, como fator de inspiração para o modelo de turismo rural que ocorre no Brasil.

Quando se refere ao surgimento do turismo rural no Brasil, muitos autores apontam para o município de Lages, no estado de Santa Catarina, localizada na região sul do país. Por sua vez, o tropeirismo também está muito ligado a esta história.

Novaes (1994) faz um resgate acerca deste histórico. A autora menciona que os processos migratórios entre os séculos XVIII e XX promoveram a instalação de fazendas pertencentes aos imigrantes, principalmente italianos, na região respectiva a Lages naquela época. Os tropeiros passavam meses fazendo o trajeto do Rio Grande do Sul à São Paulo transportando animais sem uma local adequado para passarem suas noites.

Assim, foi que donos de fazendas começaram a ofertar pouso para os tropeiros. A atividade passou a tomar novas proporções e assim, estalagens começaram a surgir ofertando alojamento aos viajantes que buscavam somente um local para passar a noite.

A partir disto, iniciativas e organizações relacionadas ao turismo começaram a surgir para concretizar o que passou a ser chamado de turismo rural. Algumas atividades foram implementadas nestes meios de hospedagem com o intuito de incentivar a prolongação da permanência destes turistas nas estalagens. Estas atividades estavam ligadas às lidas campeiras. Com base nestes acontecimentos é que começaram a surgir as pousadas rurais e hotéis-fazenda. (NOVAES, 1994)

Assim, o cenário do turismo rural no Brasil acabou se modificando e com isto o termo “Novo Rural” passou a ser utilizado referenciando estas transformações

ocorridas. Wandscheer e Teixeira (2010) confirmam esta informação ao mencionarem que as atividades desenvolvidas no meio rural já não são exclusivas à agricultura, isto acaba gerando uma mudança no modo de vida da população pertencente a este meio.

Deste modo, o turismo é encarado como uma atividade extra que complementa a renda do produtor rural. Ainda segundo estes autores, as atividades relacionadas ao turismo promovem a aproximação dos turistas com os aspectos naturais e históricos destas localidades que estão cada vez mais valorizados por este público.

Em consequência disto, Candiotto (2013) coloca que o agricultor familiar ganhou destaque sob os olhos de instituições governamentais e internacionais. E passou a ser inserido em uma nova categoria social e política de grande notoriedade na busca de atingir os propósitos da sustentabilidade.

Esta ocorrência, de acordo com o autor, está relacionada ao fato de o agricultor familiar estar mais próximo da sustentabilidade a partir da afirmativa que este necessita dos elementos naturais, neste espaço contidos, para produzir alimentos e assim sobreviver. Ainda, pertence em sua essência uma identidade cultural que devido a vários fatores, pode acabar se perdendo.

Em decorrência disto, termos relacionados a agricultura de modo geral são despontados, como o Agroturismo e o Turismo Rural na Agricultura Familiar. Cada um destes termos possui uma conceituação específica, portanto, não são sinônimos.

Ambas as conceituações são compiladas no material do Ministério do Turismo (MTUR), “Turismo Rural: Orientações básicas”.

O Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF), se definiu no âmbito do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), de iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Turismo rural na Agricultura Familiar é caracterizado pela:

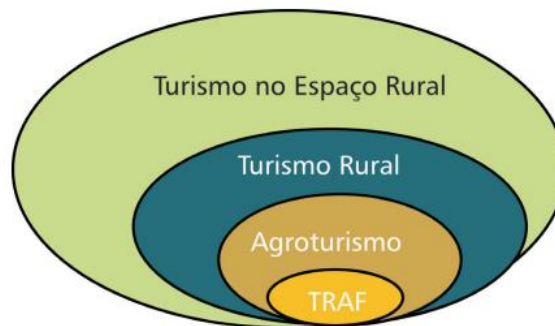
[...] utilização das atividades produtivas do empreendimento rural como principal atrativo turístico, sob a forma de demonstrações, explicações e vivências das técnicas utilizadas, em que o turista pode também interagir, fazendo parte do processo. São atividades em pomares, hortas orgânicas, mandalas, criação de alguns animais, áreas cultivadas, quintais produtivos, apiários, engenhos etc. Existem também algumas atividades de lazer que estão associadas às práticas do mundo rural, como a pesca, cavalgada, vaquejada, passeio de barco, passeio de carroça, caminhada em trilhas ecológicas, banho em rio e cachoeira, dentre outras. (AQUINO, 2012, p.12)

Cabe mencionar que o Turismo Rural na Agricultura Familiar se diferencia também por seguir requisitos inclusos na Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece uma mão de obra predominantemente familiar. Os critérios que devem ser amparados são os de que a propriedade deve ser gerida pelo núcleo familiar e possuir uma área de acordo com a estabelecida em lei, além de que a fonte de renda seja substancialmente das atividades desenvolvidas na propriedade.

Já em relação ao Agroturismo, o Ministério do Turismo, no livreto de Orientações Básicas referentes ao turismo Rural, o caracteriza como uma atividade que ocorre no interior da propriedade. Estas atividades são complementares as atividades agrícolas que já ocorriam neste local. À vista disso, entende-se que o Agroturismo é mais uma modalidade de turismo, onde atividades, que podem ser relacionadas a lida rural, são ofertadas, aproximando o turista do modo de vida rural. (BRASIL, 2010)

Neste mesmo material, é trazida uma ilustração contemplando as quatro terminologias principais relacionadas ao turismo rural como a Figura 1.

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DO TURISMO RURAL



Fonte: MTUR (2010, p. 22)

De acordo com a Figura 1, existem quatro terminologias relacionadas ao turismo rural, o Turismo no Espaço rural, o Turismo Rural, Agroturismo e o Turismo Rural na Agricultura Familiar. Perante estas terminologias o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) utilizou de exemplos para facilitar sua conceituação.

O turismo no espaço rural compete a atividades turísticas que ocorrem no meio rural, no entanto não estão ligadas as características rurais propriamente ditas. Como exemplo, pode-se utilizar atividades de aventura e eventos. Já o turismo rural ocorre quando as atividades turísticas ofertadas estão relacionadas a ruralidade, como por exemplo, o modo de vida rural e a paisagem. (BRASIL, 2010)

Ainda em conformidade com o material do Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) o Agroturismo pode ser exemplificado por propriedades que possuem uma cultura específica, como a uva. Além da produção, os produtores recebem turistas que possuem o interesse nesta produção. Assim, além de ocorrer o turismo rural, também ocorre o Agroturismo.

O TRAF seria incluído, nesta exemplificação, caso a propriedade exemplificada anteriormente fosse de agricultores rurais e atendesse aos requisitos expostos na Lei 11.326, mencionada anteriormente. (BRASIL, 2010)

Agora, no que compete ao turismo rural de modo geral, Zimmermann (2001) menciona que este segmento agrega uma atividade econômica, realizada em âmbito rural, que propicia interferências positivas e negativas ao entorno social, principalmente quando o lucro exacerbado é o principal objetivo.

Seguindo este conteúdo, percebe-se que o planejamento é de extrema importância no desenvolvimento do turismo rural. Isto é devido a uma necessidade presente da harmonia entre todos os componentes deste segmento, além da necessidade de análise de todos os possíveis impactos, sejam negativos ou positivos.

Inserido neste planejamento devem estar presentes algumas funções que o turismo rural pode exercer neste meio. De acordo com Zimmermann (2001, p. 128-129) existem três funções ou objetivos primordiais que devem ser contempladas no contexto do turismo rural. Estes objetivos são:

1. Ser uma atividade estratégica para a preservação e a recuperação ambientais do espaço rural;
2. Garantir a manutenção das atividades agrícolas tradicionais e a consequente manutenção da família rural no campo;
3. Formular um novo conceito de produção, com a consequente incrementação de receita para o espaço rural.

No entanto, nem sempre é tão fácil o desenvolvimento destes objetivos na prática. De acordo com isto, Lane (2014) contempla uma ideia de turismo rural dividido em dois tempos.

Assim, pode-se relacionar todo o processo que foi apresentado anteriormente com o turismo rural antecedente ou de primeira geração. A partir de uma análise do desenvolvimento de primeira geração é que autor chegou à conclusão que o turismo rural necessita de uma renovação. Esta renovação é tratada por Lane como o turismo rural de segunda geração.

Para o autor esta necessidade de renovação, para se entrar na segunda geração do turismo rural, está sob influência de seis fatores. O primeiro fator de influência é a competição com outros segmentos, como o turismo náutico, resorts e o turismo urbano. Este último, é apontado pelo autor como o principal competidor por demanda.

Os padrões crescentes são classificados por Lane (2014) como o segundo fator influenciador. Estes padrões são relativos as exigências dos consumidores, onde cada vez mais há a necessidade de habilidades em níveis operacionais e administrativas que partam dos profissionais da área.

O terceiro fator está contido no envelhecimento tanto da infraestrutura turística, como dos seus trabalhadores. Itens inclusos na infraestrutura, como placas, acomodações, museus, centros de informações, entre outros, precisam de reparos ou serem renovados. E quanto aos trabalhadores, muitos já estão se aposentando e para Lane (2014), será difícil que as futuras gerações assumam os empreendimentos destes aposentados.

As demandas e oportunidades na indústria se classificam como quarto fator de influência na necessidade de renovação do turismo rural. Esse fator deve-se justamente a mudança e expansão do campo de atuação das atividades do turismo rural, no entanto, segundo o autor, para o turismo rural a disseminação das oportunidades vindas destas mudanças é lenta ou nem são atingidas. Mais uma vez, as oportunidades foram usadas em maior significância em meio urbano.

Lane (2014) atribui a quinta influência à falha nos benefícios e sinergias. Isto é, todos aqueles benefícios que seriam propiciados pela introdução e organização do turismo no meio rural, como a sustentabilidade entre os três âmbitos, social, ambiental e econômico, por exemplo, não foram atingidos em sua totalidade como haviam sido planejados.

O sexto fator de influência é o financiamento de desafios, no qual o autor se refere a dependência do turismo rural de financiamentos públicos. Neste caso, a solução apresentada é a busca pela autonomia financeira. (LANE, 2014)

A vista disso, o autor declara que o turismo rural de segunda geração se fundamenta naquele de primeira geração, no entanto, devem estabelecer muito mais sua base nos três princípios da sustentabilidade, aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Além disso, o desenvolvimento do turismo rural deve estar aliado a inovações técnicas, de marketing e inovações administrativas eficientes para compensar os impactos negativos que já ocorreram. Assim, para este acontecimento, princípios da cooperação entre os atores componentes deste segmento devem ser tomados para um desenvolvimento satisfatório. (LANE, 2014)

Paulus (2005) afirma que a gestão do turismo é realizada de forma mais eficiente com o alinhamento entre o público e o privado. A autora ainda menciona que esta ação coletiva e cooperativa são indispensáveis no processo da gestão de um turismo sustentável.

De acordo com esta afirmação, tem-se a gestão participativa como modelo de gestão tanto para o turismo rural, como para o turismo de modo geral. Para Bovo (2005), o associativismo tem grande importância no fortalecimento da atividade no espaço rural. O autor ainda comenta que a interferência do poder público, através de linhas de crédito, estimulou a criação de cada vez mais associações que atuam em grande maioria por meio de roteiros e itinerários turísticos organizados.

Deste modo, percebe-se a significância de abordar a temática dos roteiros e itinerários turísticos, assim como a gestão participativa, no decorrer deste trabalho. Assim, para fim de um maior entendimento deste meio de organização e gestão da oferta turística é que o próximo capítulo tratará dos roteiros e itinerários turísticos.

2.2. ITINERÁRIOS E ROTEIROS TURÍSTICOS

Em grande parte dos casos referentes a ordenação do turismo são utilizados elementos da roteirização de maneira a organizar a oferta e poder fornecer ao turista uma melhor maneira de usufruir daqueles atrativos. A partir disto é que se busca desenvolver acerca da temática de roteiros e itinerários turísticos, assim como a classificação e exemplificação destes.

Bahl e Nitsche (2012, p. 37) mencionam a importância dos roteiros e itinerários no planejamento e gestão do turismo.

O planejamento regional do turismo a partir da integração de agrupamentos municipais ou de regiões e itinerários turísticos é seguramente uma das formas mais adequadas para se agregar atrativos de variadas configurações, concentrar esforços mercadológicos, orientar investimentos, aplicar recursos financeiros, ordenar as suas ofertas turísticas e promover desenvolvimento integrado.

Na conceituação de um roteiro turístico, Bahl (2004) diz que um roteiro turístico ocorre com base em praticamente todos os segmentos turísticos, contendo todos aqueles componentes que auxiliam na realização da viagem em si. Este é efetivado através da sincronia entre o espaço-tempo e bens e serviços. Ou seja, dependerá do espaço geográfico onde irá ocorrer a atividade, assim como o tempo que será despendido, além da combinação dos bens que serão ofertados como atrativos e os serviços necessários durante o trajeto como o transporte, por exemplo.

Para o autor, existe uma relação de dependência quanto aos roteiros turísticos. O turismo depende dos roteiros, os roteiros dependem dos serviços que são ofertados, que também dependem da mobilidade fornecida àqueles que irão se locomover por meio de um roteiro. Deste modo, entende-se que para que o conjunto seja bem-sucedido, cada componente formador deve atuar em sua plenitude.

Em relação à estruturação de um roteiro, Bahl (2004) menciona que este deve ser organizado de modo concreto e com um público pré-determinado. Desta maneira, a comercialização e a divulgação também serão facilitadas. Assim, a organização de um roteiro proverá àquele que irá desfrutar do roteiro, a conveniência de se ter o espaço, despesas, tempo, deslocamento, hospedagem, alimentação, entre outros elementos, já estruturados.

Segundo o autor, a organização do roteiro pode ocorrer de acordo com inúmeros critérios, como a faixa etária, quantidade de pessoas (individual ou coletivo), objetivos, temática, entre outros. Já as motivações podem ter enfoques mais específicos, com uma temática principal ou enfoques gerais (panorâmicos).

Para a organização de um roteiro é necessário um conhecimento prévio da oferta do local receptor para que haja a seleção dos atrativos, equipamentos e serviços. Deste modo, a promoção irá ocorrer a partir daquilo que se tem de mais significativo de determinada região. (BAHL, 2004)

O autor ainda faz menção aos aspectos econômicos que esta atividade pode vir a gerar, no entanto, coloca que é importante considerar os aspectos ambientais e culturais que podem ocorrer em casos de planejamento inadequado, sem que os pontos negativos e positivos das atividades sejam ponderados.

No que se refere à temática, este mesmo autor ainda comenta que pode se ter presente os seguintes aspectos: históricos, geográficos, sociais, econômicos, urbanísticos, culturais, religiosos, folclóricos e etc. Deste modo, os objetivos são

traçados sobre estes aspectos e o roteiro passa a ser um produto turístico, comercializável e atrativo.

No que confere ao âmbito dos roteiros turísticos, Bahl faz uma classificação espacial destes de acordo com o quadro a seguir:

QUADRO 1 - ÂMBITO DOS ROTEIROS TURÍSTICOS

NACIONAIS		
LOCAIS (municipais)	Centrais (urbanos)	
	Periféricos	
INTERLOCAIS	Intermunicipais	Regionais
		Estaduais
	Interestaduais	Regionais
		Inter-regionais (nacionais)
INTERNACIONAIS		
PAÍS A PAÍS		
CONTINENTAIS	Por País	
	Por Países	Regionais (homogeneidade e heterogeneidade)
		Inter-Regionais (homogeneidade e heterogeneidade)
INTERCONTINENTAIS	Proximidade	
	Longinquidade	
	Volta ao mundo (amplitude)	

FONTE: Adaptado de BAHL (2004, p. 60)

De acordo com o Quadro 1, existem dois âmbitos principais, nacional e internacional com suas subdivisões.

Em âmbito nacional os roteiros são divididos entre locais e interlocais. Os roteiros locais são aqueles que se baseiam na área de localização municipal. Inserido nestes roteiros locais tem-se aqueles centrais, que são realizados na área urbana e os periféricos, que são referentes aos que abrangem a zona limítrofe ao aglomerado urbano.

Os roteiros locais e periféricos ocorrem em visitas programadas, passeios e tours, e como nas conceituações já referidas anteriormente, buscam promover um

aproveitamento da oferta turística. Os roteiros em âmbito local geralmente utilizam de espaços mais centrais da área urbana. Já os roteiros de âmbito periférico ocorrem usufruindo das características de ambientes mais afastados da parte central, ou seja, outros bairros, centros industriais e propriedades representativas do meio rural.

Roteiros que ultrapassam os limites municipais são tidos como nacionais interlocais, divididos em intermunicipais e interestaduais. Os intermunicipais podem acontecer em âmbito regional ou estadual, em ambos existe o deslocamento entre municípios, mas este fica restringido a mesma região ou ao mesmo estado.

Já os interestaduais ocorrem em outras duas maneiras, regional e inter-regional. As regionais transpassam limites estaduais, mas se mantem inseridos dentro do âmbito de uma região a que estes estados pertencem. Inter-regionais podem transcender todos os espaços desde que se restrinja ao âmbito nacional.

Os roteiros internacionais são divididos nos âmbitos de país para país, continentais e intercontinentais, sendo os dois últimos com subdivisões. Os continentais se dividem por país e por países (regionais e inter-regionais) e os intercontinentais são divididos por proximidade, longinquidade e volta ao mundo.

A partir disso, percebe-se a grande variedade dos roteiros quando analisados do ponto de vista de seu âmbito. Os itinerários que são foco deste estudo, normalmente são classificados como periféricos pois abrangem a área rural, mas em alguns casos podem abranger também a área urbana.

Isto posto, a classificação por âmbito, em conjunto com os outros quesitos já apresentados previamente, tem sua relevância no processo de planejamento dos roteiros turísticos.

Em um primeiro momento, quanto tratado destes roteiros, pode ocorrer a associação às agências de turismo. Entretanto, Bahl (2004) menciona que além dos tradicionais roteiros organizados e comercializados por agências, também existem aqueles identificados como uma outra modalidade de roteiros, os do tipo itinerários, que embora não tenham cunho comercial podem influenciar o desenvolvimento das localidades onde são implantados.

Estes, também podem ser comumente nominados como estradas, rotas, circuitos e caminhos. O autor ainda se refere aos itinerários como aqueles roteiros do tipo “faça você mesmo”, onde os atrativos estão elencados e há a possibilidade de escolha entre quais e quando serão visitados.

Ainda como exemplificação aos itinerários, o autor citou quatro roteiros, nacionais e internacionais, que são Estrada Bonita (Santa Catarina, BR), Caminho de Santiago da Compostela (Espanha), Estrada Romântica (Alemanha) e Rota dos Tropeiros (Paraná).

Em asserção a isto, Bahl e Nitsche (2012) também explanam sobre estes dois enfoques principais que podem ser discernidos em roteiros e itinerários turísticos. O primeiro enfoque se relaciona a ordenação dos elementos que efetivam a viagem. São programações de viagem, geralmente elaborados por operadoras de turismo e que possuem toda a descrição destes elementos, como lugares onde as visitas irão ocorrer, todos os serviços e atividades que também estão inseridos no pacote turístico em si. O segundo enfoque está apenas na distribuição dos atrativos, da infraestrutura e serviços que são delimitados em uma região específica.

O ministério do turismo (MTUR), no módulo operacional 7 – Roteirização turística, caracteriza um itinerário como um roteiro turístico que possua:

[...] um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro. (BRASIL, 2007, p. 13)

Ramos e Santos (2012), também desenvolvem acerca desta distinção na concepção de roteiros e roteiros do tipo itinerário. Para as autoras, roteiro pode ser simplesmente traçado através de um mapa onde são apontados os pontos de início e de fim e há um planejamento de tudo aquilo que é necessário para que este ocorra.

Ramos e Santos explicam que estes roteiros podem constituir um itinerário, contudo, um roteiro nem sempre pode ser considerado um itinerário. De acordo ao que as autoras expõem, “o itinerário é um meio de expressão, é o propósito de explicar algo a alguém, um processo de comunicação. O itinerário se estrutura a partir de uma leitura interpretativa da realidade.”. (RAMOS; SANTOS, 2012, p. 12)

Em conformidade a esta afirmação, as autoras explicitam que é necessário utilizar de ferramentas da interpretação do patrimônio, no planejamento do roteiro, para extrair o máximo de conhecimento acerca do local a ser roteirizado.

Para isto, é imprescindível a participação de profissionais que possuam habilidades criativas que possibilitem a transmissão deste conhecimento para a comunidade de forma cativante e interativa. Ainda, deve-se tomar sempre em consideração as mudanças no padrão de comportamento dos turistas, onde, a

aquisição de experiências tem cada vez mais ganhado valor no mercado. (RAMOS; SANTOS, 2012)

O planejamento de um roteiro do tipo itinerário toma por base algumas etapas para que o resultado final seja adequado e harmônico entre todas as partes. Bahl e Nitsche (2012), comentam que os itinerários têm como base em sua gestão uma organização coletiva onde compreende-se alguns dos envolvidos na oferta turística divididos em três esferas, a privada, a do poder público e a sociedade civil organizada. Estes, em muitos itinerários, formam uma associação para que a gestão seja melhor organizada.

A primeira etapa no planejamento de itinerários é conhecer a real situação da localidade que será abrangida de forma minuciosa. Para isto, é necessária a realização de um inventário que levante e avalie a oferta e a demanda turística daquela região, e inserido nisto, estão também os aspectos culturais e patrimoniais da sociedade presente neste local. Ainda, inserida neste contexto, é necessária a identificação de linhas de financiamento e capacidade de investimentos e capacidade empresarial ligadas à promoção de comercialização. (BRASIL, 2007; RAMOS E SANTOS, 2012).

Outros 11 passos são elencados no módulo operacional 7 – Roteirização turística do MTUR. Estes passos são:

1. Envolvimento dos atores;
2. Definição de competências e funções;
3. Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos;
4. Análise de mercado e definição de segmentos;
5. Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos;
6. Elaboração do roteiro específico;
7. Levantamento das ações necessárias para a implementação do roteiro turístico;
8. Fixação dos preços a serem cobrados e teste do roteiro turístico;
9. Qualificação dos serviços turísticos;
10. Promoção e comercialização;
11. Monitoria e avaliação. (BRASIL, 2007)

No primeiro passo, o envolvimento dos atores deve agregar o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, esta última disposta em organizações, associações, entre outros. Isto é necessário para que haja o equilíbrio nos objetivos e prioridades do itinerário como um todo. O segundo passo, definição de competências e funções está em elencar o que cabe a cada ator realizar no processo de roteirização.

Após a formulação de um inventário da oferta turística, segue para o terceiro passo, que consiste em avaliar e hierarquizar os atrativos turísticos levantados. Isto se realiza através da classificação dos atrativos em categorias, onde cada um pode ser identificado de acordo com seu valor específico e há como verificar qual será o seu aproveitamento turístico.

O quarto passo é analisar o mercado e definir os segmentos turísticos que se busca atingir. Para isso deve se identificar o mercado potencial da região e concorrente, competitividade e quais são as adequações fundamentais para se tornar um itinerário, além das novas tendências do mercado. A partir disto, será constituído um plano de negócios contento objetivos e metas a serem atingidas.

A identificação dos possíveis impactos em âmbito sociocultural, ambiental e econômico é o quinto passo no planejamento de itinerários. Este é imprescindível e necessária, pois caso os impactos negativos existam, será necessária toda uma reformulação no itinerário para que estes possíveis impactos sejam anulados em sua maioria.

A partir disto, é que se chega ao sexto passo, a elaboração do itinerário turístico. Neste passo é que ocorre a estruturação do itinerário em si para que ele passe a ser um produto. Para tanto, a viabilidade operacional será identificada. Após este processo o sétimo passo pode dar prosseguimento, que é levantamento das ações que serão necessárias para implantar o itinerário.

A definição dos preços a serem cobrados e, por conseguinte, o teste deste itinerário será realizado no passo de número oito. Geralmente, a definição destes valores é feita por agências e operadoras, no caso de somente roteiros. Nos roteiros do tipo itinerário não há um preço estipulado de forma geral, apenas valores cobrados em cada atrativo pertencente a ele.

O passo nove consiste na qualificação dos equipamentos e serviços turísticos que serão ofertados neste itinerário. Este passo é importante para analisar a capacidade que estes equipamentos e serviços possuem ao atender as exigências demandadas pelos turistas. Este passo se dá através do cadastramento dos prestadores de serviços e ainda a classificação e fiscalização destes.

Após isto é que a promoção e comercialização começam a entrar em ação seguindo o décimo passo. Sendo que estas devem ser conduzidas pelo mesmo plano de negócios desenvolvido na etapa de número quatro.

Por fim, o décimo primeiro e último passo, respalda-se no monitoramento e avaliação do itinerário. Um plano de monitoria e avaliação deve ser elaborado para que este dê as diretrizes necessárias e indicadores que possam determinar os impactos gerados através da implantação deste itinerário. (BRASIL, 2007)

A realização do planejamento destes itinerários pode ser feita através das chamadas Instâncias de Governança Regionais (IGR), órgão que é responsável pela gestão de uma das regiões turísticas dos estados brasileiros. É devido a este fato que muitos dos itinerários, já consolidados, estão inseridos no âmbito de uma região específica. De acordo com isto, Bahl e Nitsche (2012), realizaram uma pesquisa exploratória a fim de levantar itinerários turísticos já consolidados e inseridos dentro das regiões turísticas do estado do Paraná, Brasil.

Na época em que a pesquisa foi realizada, em 2011, o Paraná contava com dez regiões turísticas¹ e em sete destas havia, no mínimo, um itinerário. Hoje, no ano de 2016, de acordo com o *website* da Paraná Turismo (PRTUR – Autarquia estadual vinculada à Secretária de Esporte e do Turismo do estado do Paraná) existem quatorze regiões turísticas.

Nos resultados da pesquisa dos autores Bahl e Nitsche (2012, p. 49), constatou-se que:

A maioria dos itinerários é de âmbito local, organizados dentro de um município, e reúnem propriedades rurais como principal atrativo. Grande parte destes projetos procura promover a comercialização de produtos da agricultura familiar, como hortaliças, vinhos e outros produtos coloniais, procurando valorizar o modo de vida da família que vive no campo. Atrativos naturais, chácaras com atividades de lazer, pousadas e restaurantes também compõe a formatação destes itinerários.

De acordo com esta citação, percebeu-se no estudo de Bahl e Nitsche que dos vinte e nove roteiros levantados, vinte e um destes tem como temática central o turismo rural. Os outros oito abrangem outros segmentos, principalmente o ecoturismo, no entanto, em pelo menos um destes havia no mínimo um atrativo relacionado ao turismo rural.

Foram levantados trinta e dois projetos e iniciativas de turismo rural no estado do Paraná. (NITSCHKE, 2013; MACEDO, 2014). Dentre estes uma grande parte são de

¹ No ano de 2016, de acordo com o *website* da Paraná Turismo (PRTUR – Autarquia estadual vinculada à Secretária de Esporte e do Turismo do estado do Paraná) existem quatorze regiões turísticas.

itinerários turísticos, com destaque para: Caminho do Vinho, com 30 propriedades (São José dos Pinhais), Caminhos de Guajuvira, 14 propriedades (Araucária), Rota dos Tropeiros, 8 propriedades (17 municípios), Witmarsum, 8 propriedades (Palmeira) e Circuito Italiano de Turismo Rural, com cerca de 17 propriedades (Colombo).

Em relação aos outros estados do Sul, foram levantados oito iniciativas de turismo rural em Santa Catarina e trinta e oito no estado do Rio Grande do Sul. Os itinerários de destaque de Santa Catarina são Estrada Bonita (Joinville), que conta com no mínimo 4 propriedades e Caminhos da Imigração Alemã, com 40 propriedades (8 municípios). No Rio Grande do Sul, podem-se destacar 3 itinerários que agregam uma maior quantidade de empreendimentos. O itinerário Caminhos rurais de Porto Alegre, 15 propriedades (Porto Alegre), Caminhos de Pedra, 18 propriedades (Bento Gonçalves) e Rota Vale dos Vinhedos, com 34 propriedades (3 municípios). (MACEDO, 2014)

No entanto, de acordo com este projeto de pesquisa, poucos dos itinerários apresentam como instituições gestoras associações de produtores ou empresários. Em muitas iniciativas de turismo rural, a gestão conta apenas com prefeituras municipais, secretarias ou departamentos ligados ao turismo.

Bahl e Nitsche (2012) observaram esta problemática. Estes itinerários, geralmente, são geridos pelo poder público dentro da esfera turística. E embora haja, de modo geral, associações de produtores e empresários como instituição de gestão principal, a presença destas ainda é pequena. Os autores colocam que quando há este modelo de gestão de ações integradas, o desenvolvimento do turismo se torna mais viável e independente.

Em suma, com base na bibliografia citada conclui-se que os roteiros, de um modo geral, são ordenamentos da oferta turística a fim de organizar atrativos, serviços e infraestrutura levando em conta o espaço que este irá se desenvolver e o tempo que deverá ser despendido para sua realização, geralmente desenvolvidos por operadoras e/ou agências de turismo.

Ainda, o roteiro pode ser classificado em muitas maneiras, como de acordo com a temática ou faixa-etária, por exemplo. Pode envolver outras terminologias como circuito, itinerário, percurso, rotas e caminhos. Em relação à área de abrangência em que ocorre, o roteiro pode ser classificado em dois grandes âmbitos, nacional e internacional, cada um com subdivisões mais específicas.

Estas mesmas classificações são utilizadas para os roteiros turísticos tidos como itinerários, que são o foco desta pesquisa. Estes, embora tenham como essência uma estruturação semelhante aos roteiros operados por agências, não possuem caráter comercial. Ainda, possuem o poder de atuar no desenvolvimento turístico da região em que ocorrem.

No entanto, a gestão acaba sendo uma questão a ser enfrentada, pois, em muitos dos casos recai somente sobre os órgãos públicos e não há o compartilhamento com as outras duas esferas, privada e sociedade civil. Nestes itinerários de turismo rural, é imprescindível o trabalho de forma coletiva e organizada. (BAHL, NITSCHKE, 2012) De acordo com isto, o próximo capítulo abordará a respeito das características da gestão participativa.

2.3. GESTÃO PARTICIPATIVA

Para que o processo de desenvolvimento da atividade turística ocorra de modo sustentável é necessário se ter como base cada um dos pilares desta sustentabilidade. Dentre estes pilares estão os aspectos sociais, ambientais e econômicos de determinada localidade em que a atividade turística irá se desenvolver. (SILVA E BRANDÃO, 2013)

Assim, para que o planejamento da atividade ocorra de modo ordenado é importante que se mantenha a harmonia entre os aspectos apresentados anteriormente. Para que isto aconteça conforme o planejado, métodos baseados no modelo de gestão participativa são implementados ao longo do desenvolvimento do turismo na localidade em questão.

De acordo com isto, é relevante ressaltar conceitos que estão presentes no modelo de gestão participativa. Este modo de gestão promove o envolvimento entre os componentes nos processos de tomada de decisões fundamentais recorrentes a atividade que se está desenvolvendo.

Seguindo esta ideia, Santos e Tadini Junior (2005), afirmam que o planejamento de qualquer atividade deve ser executado com a comunidade e não somente para ela. A ideia se baseia no processo de intercâmbio de conhecimentos com resultados satisfatórios para todos os seus componentes participantes.

De acordo com Sant'anna, Oliveira e Berenstein (2001) a gestão participativa está relacionada a grupos sociais que buscam intervir, de certa maneira nos

processos de decisão. Esta intervenção pode estar relacionada a vários fatores, tais como a defesa de interesses e propostas de soluções. As autoras destacam que a melhoria da qualidade de vida da população é dependente da predisposição desta em formar redes sociais e organizações cívicas.

A pesquisadoras comentam ainda que a gestão participativa partiu da necessidade de renovação do sistema de administração em voga. A partir desta evolução é que se torna possível o envolvimento de todos os atores na constante investigação que ocorre para encontrar soluções para os problemas existentes.

Para as autoras, apesar de estes grupos terem como objetivo intervir, isto não se relaciona com a pretensão de assumir ou até mesmo trocar de função com órgãos executivos e legislativos, de modo algum. A intenção é que, através da gestão participativa, se possa colaborar e subsidiar a elaboração de políticas públicas que serão implementadas pelo governo.

Desta forma, para Sant'anna, Oliveira e Berenstein (2001, p. 35) a gestão participativa visa:

[...] democratizar as relações entre o Estado e a sociedade civil, permitir a expressão criativa dos movimentos sociais, identificar os problemas locais como um todo, interpretar os interesses específicos das comunidades e discutir possíveis soluções. É desejável que o desenvolvimento local seja discutido, analisado e realizado no âmbito da sociedade local, através da participação direta dos cidadãos. Trata-se de valorizar o conceito de cidadania como força propulsora do desenvolvimento sustentável.

A partir disso, percebe-se a importância da sociedade civil em todo processo de planejamento. No que concerne à atividade turística, Paiva e Araujo (2013) afirmam que esta deve estar sob influência da comunidade. Esta influência é baseada na força e no poder de escolha que esta comunidade possui.

Para as autoras, a participação da comunidade na gestão é conquistada através de lutas, dedicação e o interesse por pertencer àquele grupo planejador. Este modo de gestão é capaz de trazer o sentimento de empoderamento naquela sociedade, provando que a comunidade tem força. (SILVA E BRANDÃO, 2013)

Voltando a Sant'anna, Oliveira e Berenstein (2001), estas constatam que existe um fator de confiança que talvez possa interferir no processo da gestão participativa. As autoras comentam que existe uma dificuldade nas pessoas de confiarem entre si, e quando ocorre esta falta de credibilidade um no outro, o engajamento no projeto pode diminuir.

No entanto, apesar desta problemática, Sant'anna, Oliveira e Berenstein concordam que a gestão participativa é uma das melhores opções que podem ser tomadas no processo de viabilização de um contrato social entre o estado e a sociedade civil.

Portanto, percebe-se a relevância da gestão participativa no desenvolvimento da atividade do turismo rural. A partir desta gestão é que o turismo rural será melhor organizado por órgãos representativos da sociedade civil que atuam em conjunto com órgãos e iniciativas públicas.

Em grande maioria, estes órgãos representativos dos itinerários de turismo rural estão estruturados em associações. Referente a isto, é relevante a menção ao associativismo, que é uma das formas de organizações com base na gestão participativa. Bovo (2005), através de seu estudo, confirmou que o associativismo, nos últimos anos no Brasil, vem refletindo de maneira positiva no desenvolvimento local.

De acordo com o autor, as associações são oriundas da necessidade dos proprietários rurais em encontrar meios de enfrentar dificuldades econômicas no campo e também pela busca de uma representatividade maior perante o poder público e a iniciativa privada. Portanto, associações tem como objetivo a prestação de serviços e não possui fins lucrativos.

Em relação à motivação para a constituição de uma associação, Toledo e Amodeo (2014) comentam que estas podem ser sociais, filantrópicas, científicas, econômicas e culturais. Ainda pode ocorrer de acordo com necessidade ou desejo de um grupo em se organizar para realizarem estas atividades em conjunto.

Assim, Bovo traz um conceito chave relacionado às associações. O autor comenta que “de maneira geral, as associações têm como principal função a representação das aspirações de seus associados, na figura de um ator social, o qual procura estabelecer uma discussão com os demais atores sociais”. (BOVO, 2005, p. 151)

Para Teixeira (2011) o associativismo é um instrumento estratégico que propicia, de forma organizada, ações da sociedade civil. Ainda participa na melhoria das condições de vida dos atores envolvidos, dentre eles, a comunidade.

A autora comenta que o turismo tem adotado cada vez mais formas de gestão e planejamento que envolvam a comunidade receptora e isto ocorre através do associativismo. Ainda de acordo com Teixeira (2011), o associativismo contribui na

formação de uma democracia mais efetiva e conseqüentemente repercute em uma sociedade mais justa.

Oliveira (2010) afirma que inseridos no conceito de associativismo, estão outras modalidades utilizadas para organização desta sociedade civil. Estas modalidades podem ser exemplificadas, de acordo com o autor, pelo sindicalismo, cooperativismo, organizações não-governamentais, as associações de bairro e movimentos sociais. Porém, neste trabalho, tem-se como objeto de estudo associações, de um modo geral, incorporadas aos itinerários de turismo rural.

Segundo com Kunzler e Bulgacov (2011) as organizações utilizam de estratégias competitivas e colaborativas integradas como meio de gestão da interdependência, diminuindo assim impactos ambientais e ainda refletindo em uma vantagem competitiva. Voltando estas práticas ao turismo rural, percebe-se os benefícios que o associativismo pode trazer.

Em conformação com os autores citados acima, entende-se que o associativismo rural promove o agrupamento de pequenos produtores com interesses em comum e possui a finalidade de resolução de problemas de forma coletiva e solidária. Deste modo, pequenos empreendimentos passam a ter uma força muito maior do que quando inseridos no mercado de forma isolada.

Essa associação de pequenos empreendimentos ainda promove o aumento da produtividade, redução de custos, compra de equipamentos devido aos descontos, comercialização facilitada, troca de conhecimentos técnicos e mercadológicos, dentre outras vantagens.

Bezerra e Claps Junior (2014) em seu artigo fazem uma análise do associativismo rural e agricultura familiar no município de Orizona, localizado no estado de Goiás. Os autores relatam que o associativismo surgiu no município devido a problemas que os produtores possuíam na comercialização de seus produtos, além da falta de equipamentos adequados e a necessidade de uma melhor infraestrutura do meio rural.

Assim, as primeiras associações passaram a ser criadas buscando atender estas necessidades e solucionar os problemas por eles enfrentados. Após este começo, mais associações surgiram, e a Associação dos Pequenos Agricultores de Mata Velha, Água Grande e Coqueiros (APAMAC) ganha destaque por ser a mais atuante neste cenário. (IDESTUR, 2016)

Data-se de 1994 a fundação da ABRATURR – Associação Brasileira das atividades de Turismo Rural que dentre suas finalidades busca estimular a geração e disseminação de experiências relacionadas ao desenvolvimento regional rural. Ainda, dentre estas finalidades, a ABRATURR visa o fortalecimento dos itinerários de turismo rural estabelecendo um cenário de cooperação entre os membros da sociedade empreendedora e órgãos municipais. (IDESTUR, 2016)

Cabe citar no Estado do Paraná a organização COOPTUR – Cooperativa Paranaense de Turismo. Constituída em 2004, conta com oito municípios representados por associações relacionados ao turismo rural. (COOPTUR, 2016)

Para o presente trabalho interessa abordar as associações que representam itinerários locais que geralmente promovem o agrupamento de empreendimentos rurais. Como é o caso da ACAVIM Associação do Roteiro Caminho do Vinho, em São José dos Pinhais e da Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira, no município de Araucária que que correspondem a uma parcela da amostragem desta pesquisa.

Outra parcela desta amostragem é o Circuito Italiano de Turismo Rural, que teve presente em sua gestão a Associação dos Empreendedores do Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo (ECITUR), atuando em conjunto o Órgão Oficial de Turismo do município e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

Segundo Nitsche, Neri e Bahl (2010) a associação partiu da iniciativa dos próprios empreendedores locais para que se pudesse organizar a oferta presente no circuito de forma independente mas acabou por cuidar dos interesses dos empreendedores cabendo ao conselho a gestão do itinerário. Atualmente, a associação está inativa.

Talvez seja esse um dos principais motivos que desencadearam uma série de problemas em sua gestão, levantados por Nitsche, Neri e Bahl (2010) em sua análise. Tais como problema com o ordenamento turístico, dificuldades na organização dos empreendimentos e a relação com as organizações públicas, dentre outros problemas que serão abordados no decorrer deste trabalho referente às dificuldades de gestão.

Quando se aborda a gestão participativa, é relevante a menção ao turismo de base comunitária, que tem em muito características relacionadas aos fundamentos da gestão participativa, onde o cooperativismo, associativismo e a economia solidária são muito valorizados. Segundo o Mtur (2010), a terminologia de turismo de base comunitária também pode ser vista por outros termos, como o turismo comunitário, solidário e de conservação.

Neste mesmo documento do MTur, tem-se o turismo de base comunitária ou turismo comunitário como aquele que ocorre em áreas naturais, onde a comunidade local fará o controle da atividade visando a conservação da área. Ainda, tem entre suas principais estratégias a associação a instituições que visem a criação e o desenvolvimento de roteiros turísticos que tragam benefícios para a comunidade.

De acordo com o Mtur (2010, p. 16), o turismo comunitário proporciona:

[...] um modelo de desenvolvimento turístico, sustentável, integrado com foco no território. Trata-se de um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade. Além disso, o turismo é uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades.

Assim, no documento do Mtur é mencionado que esta modalidade de turismo traz como princípios a autogestão, o associativismo e o cooperativismo e a democratização de oportunidades e benefícios, centralidade da colaboração, parceria e participação, valorização da cultura local e especialmente o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e da oferta turística, objetivando a apropriação destas comunidades perante os benefícios que são originados no desenvolvimento do turismo.

Aliando este turismo de base comunitária ao meio rural cabe a menção ao caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, localizada em Santa Catarina. O estudo desta associação foi realizado pelos autores Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013) objetivando a discussão dos benefícios gerados pelo agroturismo no fortalecimento da agricultura familiar partindo também de princípios do turismo de base comunitária.

Para os autores, o turismo comunitário vem para superar o turismo de massa, onde os danos causados ao meio em que se desenvolve as atividades turísticas é muito menor, pois se baseia em princípios sustentáveis. Guzzatti, Sampaio e Coriolano (2013) comentam que a iniciativa da Associação Acolhida na Colônia já beneficiou mais de 170 famílias associadas.

No entanto, embora a comunidade seja a principal responsável pela gestão deste segmento, para que os benefícios sejam retornados a esta mesma comunidade é necessário o esforço em conjunto também entre os setores públicos e privados, e ainda do auxílio de instituições de ensino que possam ser relevantes para este contexto. (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009). Assim, mais uma vez,

percebe-se que as gestões das atividades turísticas devem ser realizadas de forma colaborativa em prol de um objetivo maior.

A fim de ilustrar tudo o que foi levantado sobre gestão participativa e outras temáticas desenvolvidas no marco teórico desenvolveu-se um quadro, apresentado a seguir, sintetizando os princípios e critérios que podem caracterizar uma gestão participativa ideal para um itinerário de turismo rural.

QUADRO 2 - PRINCÍPIOS PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA IDEAL

FONTE	PRINCÍPIO
BAHL E NITSCHKE, 2012	Envolver todos os atores presentes na atividade turística (órgãos públicos, os empreendimentos e a sociedade civil organizada) em cada processo de tomada de decisões
PAIVA, ARAÚJO 2013; SANTOS, TADINI JUNIOR, 2005	Planejar a atividade turística tendo a comunidade como um dos atores mais importantes devendo esta, estar presente em todo processo de tomada de decisão.
SILVA; BRANDÃO, 2013	Ser baseada na sustentabilidade onde haja a harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

FONTE: A Autora (2016)

Nota: Baseado nas fontes mencionadas no próprio quadro.

QUADRO 3 - CRITÉRIOS PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA IDEAL

CRITÉRIOS	
1.	Instituição de uma organização formal para a gestão do Itinerário (Associação);
2.	Deve haver total concordância em se fazer parte do grupo;
3.	Cada participante deve se comprometer a desempenhar uma função que beneficie o interesse coletivo;
4.	O controle de qualidade participativa deve ser feito constantemente.

FONTE: A Autora (2016)

Assim, baseando-se nestes princípios e critérios é que a pesquisa dará prosseguimento conforme será apresentado no próximo tópico. Evidencia-se a necessidade de identificar exemplos de itinerários, assim como identificar pontos fortes e aspectos negativos da gestão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho, sob o ponto de vista da abordagem do problema é classificado como qualitativo pois, segundo Dencker (1998) adequa-se ao objetivo de obter um conhecimento maior de casos específicos e que não permitem generalização. Dencker (1998) ainda menciona que a pesquisa qualitativa pode ser realizada em três situações, para preencher lacunas em conhecimentos que já existem, identificar incoerência entre teoria e resultados registrados por pesquisas e verificar a inconsistência do resultado de diferentes pesquisas.

Deste modo, esta pesquisa buscou obter um conhecimento maior do tema específico da gestão participativa em itinerários de turismo rural além de procurar fornecer um conhecimento maior sobre os problemas que os grupos gestores tem enfrentado nos itinerários de turismo rural, a partir dos resultados de pesquisa indicados.

Em relação aos objetivos pretendidos, a pesquisa se classifica como exploratória. Este tipo de pesquisa busca aprimorar ideias ou descobrir intuições. Possui um planejamento flexível e envolve, de modo geral, levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares. (DENCKER, 1998; GIL, 2002).

No que concerne aos procedimentos técnicos, este trabalho envolve pesquisa bibliográfica e documental, pois houve um desenvolvimento baseado em livros, artigos e demais documentos que forneceram embasamento para a pesquisa que será feita a seguir. (DENCKER, 1998; GIL, 2002). No presente trabalho, foram utilizados dados bibliográficos referentes às temáticas de turismo rural, roteiros e itinerários turísticos e a gestão participativa, englobando o turismo de base comunitária e o associativismo.

Em relação as técnicas de pesquisa, Marconi e Lakatos (2010) comentam que estas são um conjunto de preceitos utilizado por uma ciência ou arte. Também se referem a uma habilidade de usar preceitos ou normas de forma prática. Assim tem-se uma amostragem a partir destas técnicas que é selecionada de modo conveniente de um determinado universo ou população.

Para Gil (2002) a delimitação de uma amostragem é necessária, pois é impossível abranger um determinado universo em sua totalidade. Assim, quando essa amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem

a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo.

A amostragem utilizada nesta pesquisa é a não-probabilística por julgamento. De acordo com Dencker (1998) esta amostragem abrange qualquer tipo de amostragem em que a possibilidade de escolher determinado elemento do universo é desconhecida. Inserida na não probabilística tem-se a amostragem por julgamento, onde o pesquisador selecionará a melhor amostra para este estudo.

Deste modo, o universo selecionado são itinerários de turismo rural que possuem elementos da gestão participativa em sua constituição.

A amostragem para a pesquisa foi dividida em dois grupos. O primeiro grupo refere-se aos pesquisadores e técnicos, esta amostra, de modo geral, foi escolhida consoante a metodologia de pesquisa de Grimm (2016) que utilizou em sua amostragem para a coleta dos dados especialistas que possuem um *know how* acerca de suas três temáticas principais.

O outro grupo abrange os gestores dos itinerários turísticos. Como gestores, foram consideradas as entidades organizadas pelos empreendedores que integram o itinerário turístico, como associações e cooperativas e também os interlocutores que representam o órgão de turismo municipal ao qual o itinerário está localizado.

A partir desta definição de amostragem, a próxima etapa da pesquisa ocorreu na coleta de dados em si. De acordo com Gil (2002) diversas técnicas são adotadas para a coleta de dados. A técnica mais utilizada é a entrevista aplicada coletiva ou individualmente. Questionários também são utilizados, estes geralmente são aplicados quando o universo a ser pesquisado é constituído por grande número de elementos.

Dentre os instrumentos que foram utilizados para esta coleta de dados Dencker (1998) apresenta três possibilidades, entrevista, questionário e formulários. O questionário é entregue por escrito e é preenchido pelos informantes, o formulário segue o mesmo padrão, no entanto é preenchido pelo pesquisador. E por fim, as entrevistas possuem perguntas formuladas pelo pesquisador, que as lê para o entrevistado e suas respostas são anotadas ou gravadas por este pesquisador. Assim, foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados nesta pesquisa, questionários e entrevistas.

De acordo com a amostra já apresentadas, foram escolhidos dois grupos distintos para a coleta dos dados. Para cada um destes grupos foi formulado um

questionário específico conforme Apêndice 1 (Pesquisadores e Técnicos) e Apêndice 2 (Gestores de Itinerários).

Os pesquisados, pertencentes ao primeiro grupo, foram escolhidos por suas pesquisas publicadas relacionadas a temática turismo rural e gestão participativa e os técnicos são aqueles profissionais que, possuindo pesquisas relacionados ou não, tenham tido experiência em trabalhos diretos ou indiretos com projetos pertinentes à temática.

Foram elencados um total de quinze indivíduos entre pesquisadores e técnicos. Deste total, oito foram solícitos a responder os questionários. Seis destes pesquisadores responderam por e-mail, individualmente, os questionários desenvolvidos e disponíveis na ferramenta “*Google Forms*”. Os outros dois pesquisadores forneceram as informações através de uma entrevista concedida, utilizando como roteiro o mesmo formulário aplicado via e-mail. As entrevistas concedidas foram gravadas e transcritas posteriormente a fim de se constituir a análise dos dados.

Conforme o apêndice 1, as principais indagações aos pesquisadores foram a citação de exemplos de Itinerários de Turismo Rural e quais os motivos da indicação, apontar dificuldades enfrentadas pelos gestores dos itinerários de Turismo Rural, apontar fatores positivos relacionados a gestão participativa em itinerários de turismo rural e por fim comentar, inserido neste contexto da pesquisa, quais fatores necessitariam ser estudados com mais afinco.

Já para a escolha dos gestores, que remetem ao segundo grupo da amostragem, foram selecionados três itinerários do Paraná, por estarem entre os primeiros itinerários implantados na Região Metropolitana de Curitiba e por se manterem em funcionamento. Estes são Caminhos de Guajuvira localizado no município de Araucária, Caminho do Vinho, em São José dos Pinhais e o Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR) em Colombo.

De cada um destes itinerários, foram selecionados os representantes de cada órgão oficial de turismo (OOT) dos municípios aos quais os roteiros se localizam e também os presidentes das associações responsáveis pela gestão. Apenas o Circuito Italiano de Turismo Rural não possui uma associação ativa, devido a este motivo, a pessoa que respondeu o questionário foi o ex-presidente de uma das gestões da associação que existia anteriormente.

O objetivo era que, neste segundo grupo, fossem obtidos um total de seis questionários respondidos, sendo três representantes dos órgãos gestores e três representantes das associações, no entanto dois representantes do OOT de Colombo responderam o questionário, totalizando sete questionários respondidos. Estes questionários foram aplicados a partir da mesma técnica utilizada pelo grupo anterior, por formulários disponíveis no “*Google Forms*”

Em concordância com o questionário descrito no apêndice 2, as principais questões voltadas a este grupo foram a de indagar quais são as principais entidades responsáveis pela gestão do roteiro, sendo que podiam ser marcadas mais de uma opção nesta questão.

Foi questionado se as tomadas de decisão relacionadas à gestão do Roteiro são feitas em conjunto por todos os atores da atividade turística e quais eram os mais atuantes, ainda foi indagada a existência de problemas de integração entre alguns destes atores citados acima e quais eram estes problemas.

Também foi pedido para apontarem 4 fatores positivos em se fazer parte de um roteiro turístico e 4 fatores que precisam ser melhorados ou que estejam dificultando a gestão deste roteiro. E por fim foi pedido que apontassem sugestões para melhorar esta gestão, esta não tinha cunho obrigatório.

Para a interpretação e análise dos dados, conforme o próximo tópico, foram utilizados quadros, contidos nos apêndices, a fim de organizar as respostas obtidas através dos questionários e entrevistas. A partir destas respostas, foram feitas interpretações e a junção das ideias principais em um novo quadro. Abaixo de cada um destes quadros foram elucidadas as interpretações da presente pesquisadora. Interpretações estas que serão utilizados para a composição do projeto final deste trabalho.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa através dos formulários enviados e entrevistas realizadas com dois grupos específicos. Um destes grupos é focado aos pesquisadores e técnicos da área de turismo rural e o outro aos gestores de itinerários de turismo rural (OOT, associações, cooperativas, entre outros).

4.1. RESULTADOS E ANÁLISE DE PESQUISA: PESQUISADORES E TÉCNICOS

No presente subtópico serão apresentados os resultados e análise da pesquisa obtida através dos questionários aplicados especificamente com pesquisadores e técnicos da área de turismo rural, relacionados no Quadro 4. Estes foram escolhidos através de suas publicações científicas ou histórico profissional em áreas relacionadas à temática deste trabalho.

QUADRO 4 - PESQUISADORES E TÉCNICOS

PESQUISADOR	INSTITUIÇÃO
Carlos Alberto Cioce Sampaio	Fundação Universidade Regional de Blumenau
Karina Toledo Solha	Universidade de São Paulo
Luciane de Fátima Neri	Universidade Federal do Paraná
Luciano Zanetti Pessoa Candiotto	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Luiz Ernesto Brambatti	Universidade Federal do Paraná
Manoel Jacó Garcia Gimenes	Paraná Turismo
Marta Takahashi	Paraná Projetos
Vander Valduga	Universidade Federal do Paraná

FONTE: A Autora (2016)

Dois pesquisadores listados no quadro (sexto e sétimo) estão vinculados à órgãos públicos do Estado do Paraná, a Paraná Turismo e Paraná Projetos. Os demais pesquisadores possuem vínculos com Instituições de Ensino Superior. Cada parte apresentada a seguir está relacionado à uma das indagações contidas do questionário apresentado no Apêndice 1.

Cada questão foi elaborada sem um número máximo de respostas, portanto, cada pesquisador ficou livre para apontar fatores referentes a cada questão de acordo com suas experiências e pesquisas.

- Exemplos de itinerários de Turismo Rural e motivos da Indicação.

O Apêndice 4 apresenta exemplos de itinerários de turismo rural e motivos da indicação de acordo com a resposta de cada pesquisador. A seguir, o quadro ilustra os itinerários apontados, assim como a quantidade de vezes que cada um destes aparece e seus motivos principais.

QUADRO 5 - RELAÇÃO ITINERÁRIOS CITADOS X QUANTIDADE DE VEZES MENCIONADOS

ITINERÁRIO	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO	MOTIVOS
Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, RS	2	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão realizada pela associação dos empreendedores e possui um bom fluxo de visitantes; • Boa gestão integrada a outros roteiros e se constituíram efetivamente em produtos turísticos disponíveis no mercado de operadores e agentes de viagens no Brasil.
Circuito Italiano de Turismo Rural, Colombo/PR	2	<ul style="list-style-type: none"> • Pioneiro no Estado do Paraná e alvo de tese; • É o primeiro do Paraná.
Circuito das Frutas	1	<ul style="list-style-type: none"> • Existem vários estudos sobre.
Fazendas Históricas Paulistas	1	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência pouco exitosa.
Fazendas Históricas Fluminenses	1	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência pouco exitosa.
Estrada Bonita, Joinville/SC	1	<ul style="list-style-type: none"> • É um dos primeiros do Brasil.
Caminho de Pedra, RS	1	<ul style="list-style-type: none"> • Boa gestão integrada a outros roteiros e se constituíram efetivamente em produtos turísticos disponíveis no mercado de operadores e agentes de viagens no Brasil.
Acolhida na Colônia	1	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de gestão participativa, roteiro consolidado.
Circuito Rural Taquaral, São José dos Pinhais/PR	1	<ul style="list-style-type: none"> • Destaca-se pela iniciativa de trabalho que busca integrar as Colônias vizinhas.
Rota da Agroindústria em	1	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto desenvolvido por parcerias com

Nova Aurora/PR		Emater e Senar que potencializou e valorizou a agroindústria familiar.
Roteiro do Rio Sabiá em Matelândia/PR (Circuito Sabiá)	1	<ul style="list-style-type: none"> Criado pela Emater em apoio da Itaipu. Foi uma proposta que chegou a ganhar prêmio em Marketing, mas na atual gestão da prefeitura acabou perdendo suporte.
Roteiro Caminhos do Colono, Serranópolis do Iguaçu/PR	1	<ul style="list-style-type: none"> Empenho público municipal, contratação de um turismólogo e parceria com Senar na qualificação e motivação dos agricultores. Valorização da agroindústria familiar e boa iniciativa de divulgação de localização das propriedades.
Caminhos de Guajuvira	1	Contato maior como funcionária do OOT na época da implantação do roteiro e assim como os demais roteiros da Região Metropolitana de Curitiba, foi desenvolvido como alternativa de renda para os agricultores familiares, pensando em problemas de fragilidade como os da água e extensão dos parques de Curitiba para a Região metropolitana para se diminuir o fluxo na cidade. Deste modo, foram propostas que ligaram elementos como meio ambiente, renda, lazer e turismo.
INICIATIVAS TURISMO RURAL	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO	MOTIVOS
Tentativa de empreendimentos do Vale do Paraíba (São Paulo), Pindamonhangaba e outros	1	<ul style="list-style-type: none"> Parecem estar alcançando resultados.
Turismo Rural na Região de Lajes	1	<ul style="list-style-type: none"> Pioneira da modalidade no Brasil.
Roteiro não nominado em Maripá/PR	1	<ul style="list-style-type: none"> Iniciativa sustentável. Tem apoio da prefeitura e do Senar, além do receptivo pela iniciativa privada.

FONTE: A Autora (2016)

De acordo com o quadro 5, foram mencionados pelos técnicos e pesquisadores treze itinerários de turismo rural com a motivação pelo qual ele foi citado. Além disso, mais três iniciativas de turismo rural foram mencionadas, mesmo

não sendo conformadas como um itinerário nos mesmos moldes dos outros apresentados.

Além disso, mais seis roteiros foram apenas mencionados, sem que houvesse uma motivação mais específica que não a da sua existência. Estes roteiros foram Caminho do Vinho, Verde que te quero verde e Circuito da Natureza (Região metropolitana de Curitiba) e os outros localizados no estado de Santa Catarina, Caminho do Piraí, Estrada Bonita e Caminho do Marreco.

Dentre os roteiros e iniciativas citadas, dois foram mencionados por dois pesquisadores ou técnicos diferentes. Estes foram Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves, RS e Circuito Italiano de Turismo Rural, Colombo/PR (CITUR). As motivações a menção do CITUR foram basicamente as mesmas, por ser o primeiro itinerário do estado do Paraná, com uma ressalva para um destes pesquisadores que também comentou que o itinerário foi objeto de sua tese. Já o itinerário Vale dos Vinhedos se destacou em ambas as motivações por sua gestão integrada, além do bom fluxo de visitantes e por ser um produto turístico já constituído no mercado.

Em relação as motivações, dentre as treze apresentadas, apenas dois dos itinerários citados tiveram conotação negativa e foram citados pelo mesmo pesquisador. A motivação dada pela pesquisadora foi devido à experiência ter sido pouco exitosa, sem mais explicações do porquê desta falta de êxito. Algumas motivações foram de certo modo neutras, pois se referiam ao pioneirismo do itinerário em determinada localidade ou pela existência de estudos relacionados a este roteiro.

De modo geral, os itinerários foram citados por serem bons exemplos. São citadas dentre estas motivações uma gestão participativa e integrada entre órgãos públicos, associações e demais entidades relacionadas ao meio rural, capacitação e empreendedorismo como a Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Senar - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

- Dificuldades enfrentadas pelos gestores dos itinerários de Turismo Rural.

Os resultados apresentados no Apêndice 5, referente às dificuldades enfrentadas pelos gestores dos itinerários, foram organizados em grupos onde as respostas estejam, de certo modo, relacionadas. Podendo, assim, se chegar a uma

análise das principais dificuldades percebidas pelos pesquisadores conforme os quadros a seguir.

QUADRO 6 - FATOR DE DIFICULDADE DE GESTÃO EXTERNO

FATOR EXTERNO	
DIFICULDADE	NÚMERO DE VEZES MENCIONADA
Modificações do território e da ruralidade.	1

FONTE: A Autora (2016)

QUADRO 7 - FATORES DE DIFICULDADES DE GESTÃO INTERNAS

FATORES INTERNOS	
DIFICULDADE	NÚMERO DE VEZES MENCIONADA
Problemas de entendimento dos empreendedores/produtores quanto oferta turística rural e ao segmento de turismo rural.	4
Individualismo e pouca valorização dos produtores: interesses de um dos grupos gestores se sobressaírem aos outros.	3
Problemas em se trabalhar em conjunto (Público, Privado e demais organizações).	3
Falta de inovação e criatividade quanto aos produtos e serviços ofertados.	3
Falta de pró atividade dos envolvidos (associados).	2
Falta de motivação dos participantes (associados).	2
Falta de recursos humanos e financeiros.	2
Falta da disponibilização de canais de comercialização.	1
Manter o fluxo turístico.	1
Falta de independência dos grupos organizados perante aos órgãos públicos.	1
Necessidade de o turismo rural ser fortalecido quanto a um segmento turístico.	1
Pouco desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos itinerários.	1
Necessidade de um transporte público que percorra o itinerário.	1
Organização de excursões que limitam o tempo de visitação a cada propriedade.	1

FONTE: A Autora (2016)

Em conformidade com os Quadros 6 e 7, as respostas foram organizadas em dois grupos, um de fatores externos e outro de fatores internos. Esta divisão foi realizada para poder se entender com mais clareza quais dificuldades apontadas pelos especialistas referem-se de fato à gestão dos itinerários. Cada resposta dada

foi interpretada e aquelas que possuíam ideias similares foram aglutinadas de modo que se pudesse visualizar a quantidade de vezes que foram citadas.

De acordo com isto, foi obtida apenas uma ideia referente ao grupo de fatores externos que dificultam a gestão de itinerários de turismo rural. Esta ideia foi citada apenas uma vez e está relacionada à modificação do território e da ruralidade.

Esta colocação entra de acordo com o que já foi demonstrado no levantamento bibliográfico deste mesmo trabalho. Em relação ao território foi mencionada a transformação que já ocorreu ao longo dos anos no espaço rural e as modificações que ainda podem ocorrer devido ao amplo e vertiginoso processo de urbanização nos municípios. Com isso, a chamada ruralidade também passa por um processo de transformação.

Todas as outras quatorze dificuldades que foram apontadas pelos especialistas conferem a fatores internos. O que corrobora na afirmação desta pesquisa de que estes itinerários têm enfrentado mais dificuldades referentes à sua gestão. Deste modo, as dificuldades apresentadas foram elencadas por ordem relativa à quantidade de citações dentre os pesquisadores. (Quadro 6)

Apontado por quatro pesquisadores, o entendimento dos empreendedores e produtores como componentes da oferta dos itinerários é a primeira dificuldade percebida. Esta dificuldade é referente à conceituação do turismo rural e sua diferenciação de outros segmentos como o ecoturismo, pouca compreensão dos objetivos em se fazer parte de um itinerário, dentre outros. Com isso, a disposição destes em participar das ações relacionadas ao itinerário acaba sendo prejudicada.

Mencionado em três ocasiões, a segunda dificuldade foi a de que o individualismo e, por conseguinte, a pouca valorização dos produtores tem sido uma das dificuldades enfrentadas pelos grupos participantes da gestão dos itinerários. Este fato está muito relacionado a lógica empresarial acabar se sobressaindo aos aspectos rurais que se busca transmitir aos visitantes ficando somente a comercialização de produtos e serviços em um espaço rural.

Assim, aqueles grupos que buscam a maximização dos lucros de modo impropriedade acabam tomando a frente nas decisões referentes à gestão do roteiro e sem que se tenha a posição dos demais. Situação está que converge aos princípios de uma gestão participativa e inclusiva.

Também mencionada por três pesquisadores, os problemas enfrentados pelos grupos gestores para trabalharem em conjunto é mais uma das dificuldades.

Geralmente devido ao conflito de interesses entre organizações públicas e privadas ou até entre integrantes da mesma organização como os proprietários do empreendimento que compõem o roteiro.

Outra dificuldade apontada por três vezes foi a falta de inovação e criatividade em relação aos produtos e serviços ofertados, até mesmo por estes serem muito similares em muitos roteiros existentes. No entanto, os pesquisadores mencionam que esta inovação deve ser feita com consciência, justamente para que as características da ruralidade não sofram modificações drásticas.

Mencionadas duas vezes cada, a falta de pró-atividade e a falta de motivação dos participantes do itinerário é outro obstáculo a ser vencido.

A falta de recursos humanos e financeiros foi outra dificuldade apontada em dois momentos dentre as respostas recebidas. Os recursos humanos estão pertinentes aos trabalhadores, que em ocasiões podem ser insuficientes para atender o público ou então a pouca capacitação que se é dada para receber esta nova perspectiva de trabalho.

E no concerne aos recursos financeiros pode-se relacionar aos recursos dos órgãos públicos que fornecem um subsídio para atividade como também os recursos dos próprios proprietários em adaptações necessárias as novas atividades que serão realizadas em seu espaço.

As outras sete dificuldades que serão explanadas a seguir foram mencionadas uma vez cada. A falta de disponibilização de canais de comercialização nestes itinerários é mais uma das dificuldades de gestão levantadas. Ou seja, a dificuldade na adoção do modo correto de como os produtos e serviços dos empreendimentos do roteiro serão dispostos ao consumidor.

Manter o fluxo turístico nestes itinerários foi mencionado com uma dificuldade a ser enfrentada. Este pode ser considerado uma dificuldade em consequência, dentre tantos motivos, um problema de divulgação ou até mesmo e controle da qualidade do que se oferta.

A grande dependência dos empreendimentos em relação aos órgãos públicos para a gestão do itinerário é um dos obstáculos. Principalmente, na falta da organização de uma entidade que represente os interesses e sugestões destas pessoas e que façam que estas aconteçam.

Por um lado, comentou-se sobre a importância da independência das associações gestoras destes itinerários, mas ainda é necessário o desenvolvimento

de mais políticas públicas voltadas a estes itinerários e isto foi outra dificuldade apontada.

Mais uma dificuldade apontada foi a de que os itinerários necessitem de um transporte que seja público para que o roteiro possa ser realizado, facilitando, assim a ida dos turistas.

Como última dificuldade, foi mencionada a problemática da organização de itinerários em formato de excursões em que o tempo de visita em cada propriedade é insuficiente. Isto interfere na qualidade das visitas e as experiências como a troca de conhecimento com os proprietários acabam sendo afetadas.

- Fatores positivos relacionados à gestão participativa em itinerários de turismo rural.

Dentre as respostas apresentadas no Apêndice 6, houve a de um pesquisador que não citou fatores positivos em relação à gestão participativa e sim fez menção da inexistência desta gestão em um itinerário que foi objeto de sua tese de doutorado. A inexistência da gestão participativa foi referida, pois seu estudo apontou que a gestão do Circuito Italiano de Turismo Rural ficava concentrada em algumas pessoas pertencentes ao Conselho Municipal de Turismo de Colombo.

Houve outro pesquisador que não elencou fatores positivos da gestão participativa, mas fez uma colocação de que esta modalidade de gestão, de acordo com estudos, propicia em bons resultados, no entanto é algo que deve ser acompanhado cotidianamente.

Assim como nos Quadros 6 e 7, os resultados obtidos com esta questão, tabulados no Quadro 8, foram organizados de modo a agrupar respostas semelhantes e se extrair apenas sua ideia central, assim como identificar as ideias relacionadas a gestão participativa e as que se referiam aos benefícios apenas do turismo rural. Desta maneira, os quadros a seguir demonstrarão estas ideias.

QUADRO 8 - FATORES POSITIVOS DO TURISMO RURAL

TURISMO RURAL	
FATORES POSITIVOS	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO
Permanência no Campo	2
Complemento de Renda	1
Conscientização ambiental	1
Preservar a ruralidade	1
Recuperação do vínculo dos visitantes ao meio rural	1

FONTE: A Autora (2016)

Como visualizado no Quadro 8, houve cinco fatores positivos mencionados pelos pesquisadores que faziam mais referência ao turismo rural do que especificamente à gestão participativa.

Os fatores positivos apontados que não tiveram uma relação direta com a gestão participativa, mas se referiam ao turismo rural em si foram a permanência no campo, o complemento de renda que novas atividades turísticas podem gerar, a conscientização ambiental pela preservação, o cultivo da ruralidade pela valorização destas características rurais e o reatento do vínculo dos turistas com o meio rural.

O primeiro destes fatores foi citado em dois momentos diferentes pelos pesquisadores e os outros quatro foram citados uma vez cada. Percebe-se que muitos destes fatores também foram mencionados no levantamento bibliográfico neste trabalho através das citações de outros pesquisadores da área.

QUADRO 9 - FATORES POSITIVOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA

GESTÃO PARTICIPATIVA	
FATORES POSITIVOS	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO
Cooperação entre os integrantes para se atingir objetivos em comum	4
Divulgação e Promoção facilitadas	3
Melhor aproveitamento de recursos humanos e financeiros (compras coletivas)	2
Aprendizagem Coletiva	1
Coopetição ²	1

² Termo mencionado por um dos pesquisadores fazendo referência a um neologismo que agrega as palavras cooperação e competição. De acordo com o *site* do Sebrae a Coopetição é uma estratégia inserida em estruturas cooperativadas que promove benefícios, como compra de matéria prima em grande escala, sem que com isso os envolvidos deixem de concorrer em seu produto final. (SEBRAE, 2016)

Empoderamento	1
Formação de redes externas ao destino	1
Território ao qual o itinerário está estabelecido passa a ter uma caracterização turística	1
Valorização às opiniões do agricultor/produtor	1

FONTE: A Autora (2016)

Foram nove fatores positivos listados referentes à gestão participativa em itinerários de turismo rural de acordo com as respostas dos pesquisadores. O primeiro dos fatores positivos diretos à gestão participativa mais mencionado pelos pesquisadores (quatro vezes) foi a cooperação entre os integrantes a fim de atingirem os objetivos em comum. Em acordo a isto, entende-se que quanto mais participantes engajados em prol de um mesmo objetivo os resultados acabam sendo mais garantidos do que em casos de iniciativas isoladas.

A divulgação e a promoção facilitadas foram citadas em três ocasiões, assim o projeto como um todo é divulgado com todas as opções de ofertas de produtos e serviços neste inseridas.

Dois pesquisadores comentaram sobre o benefício do melhor aproveitamento dos recursos humanos e também financeiros, como a oportunidade de compras coletivas, o que acaba gerando um abatimento nos custos totais. A aprendizagem coletiva também foi mencionada, tanto como na troca de experiência dos próprios empreendedores quanto na possibilidade de cursos de capacitação para todos os envolvidos.

A cooperação foi um dos fatores positivos apontados pelos pesquisadores. Esta ideia é a associação entre a cooperação dos participantes do itinerário, sem que com isso deixe de existir a competição saudável entre os empreendimentos do mesmo ramo.

O Empoderamento dos empreendedores em se tomar as decisões respectivas aos seus interesses foi citado. Isso geralmente vem ligado às organizações coletivas que tem o papel de gerir e promover as ações cabíveis aos roteiros.

A possibilidade de formação de redes externas àquela localidade foi outro benefício apontado. Mais um dos fatores positivos da gestão participativa é a caracterização do território ao qual o itinerário pertence como um território turístico. O que acaba facilitando a escolha dos turistas por saber que aquele local possui uma oferta consolidada.

O último fator positivo é a valorização dos agricultores e produtores que passaram a adotar o turismo como segunda fonte de renda. A participação destes em um itinerário gerido de modo participativo faz com estes tenham voz na tomada de decisões referentes a qualquer ação tomada.

- Fatores que necessitariam ser estudados com mais afinco.

No que condiz a última questão voltada aos técnicos e pesquisadores, de acordo com o Apêndice 7, foram apontados alguns assuntos que ainda necessitariam de mais aprofundamento. Em compilação das respostas obtidas, tem-se as sugestões e quantidade de menções descritas no quadro a seguir.

QUADRO 10 - RELAÇÃO TEMAS SUGERIDOS X NÚMERO DE VEZES MENCIONADO

TEMA SUGESTÃO DE ESTUDO	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO
Transformações territoriais e estruturais: Análise dos efeitos positivos e negativos da atividade turística na vida dos produtores, conciliação da gestão das duas atividades e percepção do produtor como um produto turístico.	5
Gestão das propriedades e do itinerário através da necessidade de capacitação e benchmarking com casos exitosos.	2
Capacidade de inovação dos produtos e serviços, além de aliar novas tecnologias para facilitar a vinda do turista.	2
Independência dos gestores perante as instituições de consultoria e órgãos públicos através meios criativos e programas de investimento.	2
Investimento em sinalização e informações para expandir a possibilidade de o roteiro ser feito por conta própria. Tempo de visita pode ser estendido, assim como o aumento da possibilidade de novas experiências pelo contato com o campo.	1
Definição dos papéis de cada um dos atores (público, privado e sociedade civil organizada) da atividade turística nos itinerários como meio de evitar conflitos e possibilitar a independência dos órgãos públicos.	1
Inclusão dos jovens nas associações como meio de incentivo a continuidade nos trabalhos relativos ao meio rural.	1
A capacidade de atuar coletivamente estar diretamente relacionada aos valores da sociedade ali presente.	1
Processos de certificação dos produtos comercializados nos atrativos inseridos no itinerário.	1

Em conformidade com o quadro 10, a sugestão de aprofundamento de estudo mais citada é a transformação territorial e estrutural após a implantação do turismo. Comentou-se por um dos pesquisadores que há uma necessidade de análise minuciosa dos pontos positivos e, principalmente, negativos que tem ocorrido na vida dos produtores.

Ainda, foi mencionado a importância da busca de outros casos de sucesso e o *benchmarking* como forma de melhorar a gestão do turismo nos itinerários que tem esta necessidade.

De modo geral, foram mencionadas as capacidades de inovação e criatividade para se conformar em produto único mantendo as características daquele local e das pessoas. Também foi mencionado a inserção dos jovens nas ações referentes à gestão do itinerário como forma de incentivo à continuidade destes nas atividades rurais.

Uma das sugestões de estudo citada apenas por um dos pesquisados, mas mesmo assim possui uma relevância muito grande para este trabalho, é acerca dos problemas de definição dos papéis de cada um dos atores envolvidos na atividade. Essa falta de organização acaba gerando conflitos entre os integrantes, além de geralmente o trabalho de gestão recair de forma majoritária aos órgãos públicos. Gestão esta, que cabe às organizações de empreendedores criadas especificamente para isto.

Ainda, cabe destacar citação da necessidade de investimento em sinalização e informações para que os turistas possam fazer a visita neste itinerário por conta própria.

Como já visto na referência bibliográfica deste trabalho, Bahl (2004) conceitua que os itinerários são caracterizados por serem roteiros do tipo “faça você mesmo”, onde existe o ordenamento dos atrativos e serviços de determinada localidade.

Nos itinerários, há a possibilidade de escolha entre quais atrativos e quando serão visitados, podem passar mais tempo em cada um destes. Os empreendedores também têm a chance de falar mais sobre si, resultando assim em uma valorização maior de seus conhecimentos. Fato este que não é tão possível nas excursões com tempo limitado e atrativos já estabelecidos para visitar.

4.2. RESULTADOS E ANÁLISE DE PESQUISA: GESTORES DE ITINERÁRIOS

No presente subtópico serão apresentados os resultados e análise das respostas obtidas dos gestores de três dos principais itinerários localizados na região metropolitana de Curitiba que estão em funcionamento. Como gestores, neste trabalho, são considerados os membros das associações de cada um dos roteiros e os representantes dos Órgãos Oficiais de Turismo dos municípios em que os itinerários ficam localizados. Assim como o subtópico anterior, cada quadro que será apresentado a seguir está relacionado a uma das indagações contidas do questionário apresentado no Apêndice 2.

- Principais entidades responsáveis pela gestão dos Roteiros.

A primeira questão procurou levantar quais são as entidades responsáveis pela gestão dos itinerários. De acordo com o Quadro 11, esta gestão fica sob responsabilidade de duas entidades, e em todas as respostas foram indicados os Órgãos Oficiais de Turismo.

QUADRO 11 - ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DOS ITINERÁRIOS

	RESPOSTAS
ACAVIM	Associação e OOT
Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira	Associação e OOT
ECITUR	OOT e Conselho Municipal de Turismo
OOT Araucária	Associação e OOT
OOT São José dos Pinhais	Associação e OOT
OOT Colombo	OOT
	OOT e Conselho Municipal de Turismo

FONTE: A Autora (2016)

Os itinerários de Araucária e de São José dos Pinhais tem esta gestão compartilhada com as associações de empreendedores de cada roteiro, sendo que no Caminho do Vinho a associação possui um papel maior nesta gestão.

Já o Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR) é gerido principalmente pelo órgão de turismo do município, e em duas das três respostas foi mencionada uma

participação do Conselho Municipal de Turismo. Fato relevante a este dado é que a Associação de empreendedores do CITUR está inativa, deste modo, a pesquisa foi feita com um ex-integrante (Presidente) da associação que passou as informações de acordo com sua experiência e impressões percebidas no roteiro atualmente.

- Processo de tomada de decisão do itinerário e entidades que atuam mais ativamente.

No Apêndice 8 está descrito como as tomadas de decisão são feitas nos itinerários. O quadro a seguir representa estas respostas.

QUADRO 12 - TOMADAS DE DECISÃO

TOMADA DE DECISÃO	
ACAVIM	Decisões tomadas através de reuniões entre órgão e associação. Associação tem a decisão final.
Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira	Decisões feitas em conjunto.
ECITUR	Decisões tomadas em conjunto. OOT atua mais ativamente.
OOT Araucária	Decisões tomadas em conjunto. OOT atua mais ativamente.
OOT São José dos Pinhais	Decisões tomadas em conjunto. Associação atua mais ativamente.
OOT Colombo	Decisões tomadas pelo OOT e Conselho Municipal de Turismo.
	Decisões tomadas pelo Conselho.

FONTE: A Autora (2016)

De acordo com os dados apresentados no Quadro 12, de um modo geral, as decisões relacionadas à gestão de cada roteiro em específico são tomadas em conjunto.

Mais uma vez, se destaca o Itinerário Caminho do Vinho, onde todos os atores são envolvidos, mas a decisão final cabe ao gestor principal, que é a ACAVIM. O responsável do órgão de turismo ainda comenta que as funções de cada ator são bem esclarecidas.

No caso do Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo, as decisões ficam concentradas no OOT e no Conselho Municipal de Turismo, justamente pela falta de uma entidade que represente os interesses dos empreendedores.

- Integração entre os atores envolvidos e exemplos de problemas de integração.

Outra indagação foi referente à problemas de integração entre os envolvidos com a gestão do itinerário. Para isto, conforme apêndice 9, o quadro a seguir demonstra quais foram as respostas dos gestores.

QUADRO 13 – PROBLEMAS DE INTEGRAÇÃO

ACAVIM	Atualmente, sem problemas de integração. As vezes podem ocorrer problemas com mudança de gestão da Prefeitura.
Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira	Sempre existem problemas a serem superados.
ECITUR	Falta de engajamento dos empreendedores.
OOT Araucária	Não existem problemas de integração.
OOT São José dos Pinhais	Atualmente, sem problemas de integração.
OOT Colombo	Problema de integração se dá pela falta de articulação dos empreendedores.
	Problema de integração se dá por não ter uma associação de empreendedores responsável pela gestão.

FONTE: A Autora (2016)

O itinerário Caminho do Vinho não tem enfrentado problemas no presente momento, de acordo com as respostas. No entanto, de acordo com a responsável pela associação, a mudança de gestão da prefeitura municipal às vezes dificulta a continuidade das ações. Por parte do órgão de Turismo de São José dos Pinhais, também foi comentado que problemas são sempre passíveis de ocorrer, mas, atualmente a relação está positiva.

No que concerne ao Caminhos de Guajuvira a relação parece estar tranquila, mas de acordo com a presidente da associação de Turismo do roteiro sempre existem problemas a serem superados.

Já o Circuito Italiano de Turismo Rural, conforme os relatos, parece estar passando por problemas nesta integração. O ex-membro da associação confirmou que falta engajamento de alguns empreendedores, uma vez que própria associação está inativa. Este fato só se confirma com as respostas das integrantes do órgão de

turismo do município de Colombo que dizem que há uma necessidade de uma associação atuante dentro do itinerário.

- Fatores positivos em fazer parte de um roteiro turístico.

Após a interpretação das respostas apresentadas no Apêndice 10, chegou-se a um conjunto de ideias principais relacionadas aos fatores positivos em se fazer de um itinerário. No quadro a seguir estarão listadas estas ideias, assim como o número de vezes que foram mencionadas, de alguma forma, pelos gestores que participaram da pesquisa.

QUADRO 14 - FATORES POSITIVOS X QUANTIDADE DE VEZES MENCIONADOS

FATORES POSITIVOS EM FAZER PARTE DE UM ITINERÁRIO DE TURISMO RURAL	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO
Integração e Cooperação entre os integrantes do itinerário	5
Valorização do Rural: Trabalho, Produtos, Espaço Rural e Cultura	4
Geração e Alternativa de renda (direta e indiretamente)	3
Diminuição do Êxodo Rural	2
Venda direta de produtos e serviços	2
Maior integração com os órgãos públicos (comunicação e participação em eventos)	2
Divulgação facilitada dos empreendimentos em sites e materiais através da marca e da identidade do Itinerário	2
Ações mais efetivas de investimento e infraestrutura	1
Desenvolvimento local: melhorias de sinalização e estradas	1
Motivação para os jovens se envolverem na administração dos empreendimentos	1
Preservação da paisagem rural	1
Qualidade de Vida	1
Visibilidade da região metropolitana	1

FONTE: A Autora (2016)

Em conformidade com o Quadro 14, chegou-se a um resultado de treze fatores positivos em se fazer parte dos três itinerários utilizados para a pesquisa.

O fator mais mencionado foi o da integração e cooperação entre os membros do roteiro. Nesta cooperação entram a troca de experiências e a noção de que ações positivas podem beneficiar a todos.

A valorização dos aspectos rurais foi o segundo fator positivo mais citado. Inserido nestes aspectos rurais estão o trabalho do produtor rural, os produtos gerados a partir deste trabalho, a cultura rural e ética e o espaço rural onde as atividades são desenvolvidas.

Por três vezes citada, a geração de renda é outro fator positivo. Nesta geração de renda foi exposto não somente aquela renda direta através dos empreendimentos contidos do itinerário, há também aqueles que não trabalham com atividades turísticas em sua propriedade, mas produzem algo que pode ser comercializado em outros locais da região.

A diminuição do êxodo rural também é um fator positivo devido a esta geração de renda extra e da valorização dos aspectos rural.

Outro ponto positivo em relação aos itinerários é a venda direta de serviços e, principalmente, produtos. Como produtores isolados, a venda acaba sendo feita por intermédio de alguma empresa ou então os produtores deveriam se deslocar para locais mais centrais para fazer isto. Dentro de um itinerário os compradores vão até as propriedades e a venda é feita ali mesmo.

Foi comentado, em dois momentos, o benefício de uma maior integração destes produtores com os órgãos públicos do município através de seus representantes e ainda foi mencionado a abertura da participação destes empreendedores em eventos organizados pelos OOTs.

A divulgação também é um fator relevante neste contexto. Esta divulgação é facilitada a partir do momento em que se consolida uma marca que represente cada um dos integrantes. Assim, possibilita a divulgação em um site específico e um material para todos.

Os outros seis elementos positivos relacionados aos itinerários de turismo rural foram citados uma vez cada, como ações mais efetivas de investimento e infraestrutura através de uma intervenção coletiva.

De acordo com as respostas obtidas, o desenvolvimento local ocorre, uma vez que são necessários procedimentos em prol da melhoria da sinalização no entorno e entre os atrativos e empreendimento e também das estradas. Assim como a preservação da área rural, que foi outro ponto positivo apontado, pelo maior reconhecimento deste local.

Dentro destes fatores, a região metropolitana, no caso destes itinerários em específico, passa a ter mais visibilidade conforme a menção de um dos gestores. Mais

um fator positivo é a motivação para os jovens, a partir destas novas atividades, de assumirem a administração dos empreendimentos futuramente. Por fim, um dos gestores apontou a qualidade de vida como um ponto positivo na participação como integrantes nos itinerários.

- Fatores que precisam ser melhorados ou que dificultem a gestão.

Quando perguntados sobre fatores que estariam dificultando a gestão dos itinerários, muitos dos gestores citaram fatores um pouco mais externos que acabam ocorrendo um pouco pela falta de engajamento ou até mesmo por pouco recurso. Estes fatores são ligados a melhorias de estradas, capacidade dos estacionamentos, paisagismo das propriedades, especulação imobiliária, fluxo de visitantes concentrando aos finais de semana e falta de segurança como mostrado no quadro a seguir.

QUADRO 15 - PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES EXTERNAS

PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES RELACIONADOS A FATORES EXTERNOS	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO
Problemas financeiros municipais	3
Sinalização	2
Conclusão de obras de infraestrutura básica	1
Elaboração Plano Municipal de Turismo e Plano de Marketing	1
Especulação Imobiliária	1
Falta de segurança na área rural	1
Grande fluxo de turistas aos finais de semana	1

FONTE: A Autora (2016)

Estas problemáticas podem acabar afetando o desenvolvimento do itinerário, mas depende de fatores externos para que sejam solucionados e não dos gestores de forma direta. Como apresentado no Quadro 15, os fatores mais citados são os problemas financeiros do município e a sinalização do roteiro, além da conclusão de obras de infraestrutura básica que dependem de estruturas municipais e até estaduais para sua solução.

Os fatores apontados que estão diretamente ligados à gestão, conforme o Quadro 16, são:

QUADRO 16 - PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES DA GESTÃO

PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES RELACIONADAS À GESTÃO	NÚMERO DE VEZES MENCIONADO
Pouca participação e engajamento dos empreendimentos integrantes do itinerário com as atividades turísticas	3
Dificuldade dos empreendedores em utilizar novas tecnologias para a divulgação e pouca inovação no itinerário, de maneira geral	2
Aluguel de espaços comerciais para empresários de fora da região e não estão relacionados a agricultura local ou aos costumes	1
Dificuldade de elaboração de um produto definido	1
Inexistência de uma associação (CITUR)	1
Pouca inovação das associações na arrecadação de novas fontes de renda para custeio de taxas e serviços necessários	1

FONTE: A Autora (2016)

Conforme o quadro, o fator mais dificultoso apontado pelos gestores é a falta de engajamento dos empreendimentos que estão inseridos no itinerário. Duas das três vezes em que foi citado este problema estava relacionado ao CITUR, o que de fato é comprovado pela inexistência de uma associação atuante.

Relacionada à esta dificuldade está o fato dos empreendimentos estarem fechados nos finais de semana, que são os dias de maior fluxo. Existe também a necessidade de um cuidado maior dos detalhes visuais do espaço comercial, em caso de lojas e restaurantes, por exemplo. E há também a falta de cooperação entre os empreendedores pela ideia de que os empreendimentos do mesmo ramo são concorrentes.

Outra dificuldade destaque está no fato da necessidade de inovação, seja nos produtos ou nos meios de divulgação devido ao receio dos integrantes na mudança.

Mais uma problemática apontada foi a da descaracterização da região devido a empreendimentos geridos por grupos que não são engajados a iniciativa e/ou a cultura local. Ainda, foi mencionada a dificuldade na elaboração de um produto definido nos valores e a necessidade de se ter um roteiro fixo.

Novamente, foi apontada falta de uma associação de empreendedores como um fator negativo, em específico no CITUR. E por fim, a problemática das associações em conseguirem novas fontes de renda além da mensalidade dos associados, para custeio de serviços e taxas voltadas a gestão do itinerário. Como é o caso da ACAVIM, em São José dos Pinhais.

- Sugestões para melhorar a gestão do roteiro.

A última questão não era obrigatória, porém apenas um dos gestores participantes não respondeu. Em grande maioria, os entraves apresentados na questão anterior foram mencionados novamente. Muitas das respostas dadas foram mais relacionados ao melhoramento do itinerário em si do que questões diretamente ligadas à gestão, conforme o quadro a seguir.

QUADRO 17 – SUGESTÕES PARA MELHORAR O ITINERÁRIO

SUGESTÃO	NÚMERO DE VEZES MENCIONADA
Sinalização	4
Combate à comercialização de produtos de baixa qualidade sem estarem vinculados ao itinerário	1
Expansão de espaços dos empreendimentos	1
Inovação na oferta de atividades nas propriedades	1
Melhoria dos meios de comunicação e divulgação	1
Tempo maior para visitas nas propriedades	1

FONTE: A Autora (2016)

A implantação ou a melhoria da sinalização foram uma das sugestões que mais foi mencionada. Esta questão gira muito em torno da possibilidade de que os turistas possam fazer o itinerário por conta própria, mas muitas vezes a sinalização entre as propriedades não é suficiente.

Dentre as outras sugestões está o combate aos chamados “camelôs” que competem com os produtos dos empreendimentos integrantes do itinerário. Também foi comentado sobre a necessidade de expansão dos espaços dos empreendimentos, como estacionamentos e também a inovação das atividades nestas propriedades para atrair outros perfis.

De acordo com as respostas, existem a necessidade de melhorias nos canais de comunicação e divulgação do itinerário e dos empreendimentos integrantes. Isto inclui a formatação de sites com informações mais detalhadas e também as formas de comunicação direta com o turista, através de telefone e internet.

Ainda foi mencionado de que as visitas poderiam ter maior do que o que vem ocorrendo, este caso está relacionado ao roteiro Caminhos de Guajuvira que ainda

depende muito da disponibilidade de um transporte municipal que acaba limitando o tempo de visitação em cada propriedade.

QUADRO 18 – SUGESTÕES PARA MELHORAR A GESTÃO

SUGESTÃO	NÚMERO DE VEZES MENCIONADA
Necessidade uma entidade organizada especifica para a gestão do itinerário	1
Independência dos órgãos públicos	1
Capacitação dos empreendedores	1
Realização de Oficinas Motivacionais	1

FONTE: A Autora (2016)

Já dentre as sugestões relacionadas à gestão houve a menção da necessidade em ter uma entidade representativa dos empreendedores do roteiro como gestora principal. Ainda em relação à esta sugestão, foi relatada a necessidade destas gestoras se tornarem mais independentes dos órgãos públicos, que de acordo com as respostas tem como função o suporte e amparo às ações tomadas pelas associações.

Foi relatada a necessidade de um engajamento ou um entendimento por partes dos empreendimentos em relação à atividade turística e aí cabe mencionar a necessidade de capacitação e realização de oficinas motivacionais para os envolvidos.

4.3. ANÁLISE GERAL

Os resultados obtidos com cada grupo específico, gestores e pesquisadores, proporcionou o conhecimento mais aprofundado acerca dos pontos positivos da gestão participativa e também as dificuldades que os gestores destes itinerários de turismo rural tem enfrentado.

Deste modo, o presente subtópico apresenta uma relação dos fatores positivos e negativos em mais evidencia de acordo com estes dois grupos.

QUADRO 19 - PRINCIPAIS FATORES POSITIVOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Integração e Cooperação
Valorização dos aspectos rurais e da opinião do produtor
Divulgação e Promoção facilitadas
Melhor Aproveitamento de Recursos humanos e financeiros
Maior representatividade

FONTE: A Autora (2016)

A integração e Cooperação entre os integrantes é um dos fatores mais citados. Este ponto positivo entra em conformidade com o primeiro princípio de uma gestão participativa ideal, constante no Quadro 2 (p. 39). Neste princípio se faz relevante o envolvimento de todos os atores presentes na atividade turística nos processos de tomada de decisões.

Com este envolvimento recai o segundo aspecto positivo mencionado que é a valorização da opinião do produtor, que nestes processos têm mais facilidades em expor seus pontos de vista. Fazendo assim cumprir mais um outro critério de gestão que é tomar essa comunidade (produtores) como um dos atores mais importantes, pois é deles que partem os produtos e os serviços. Além disso, todo o contexto das características rurais também é valorizado.

Outro aspecto positivo está na facilitação da divulgação e promoção do itinerário como único produto. Ainda, promove um melhor aproveitamento de recursos humanos, pela troca de experiências e conhecimentos específicos, e de recursos financeiros, como a compra coletiva de insumos.

Por fim, o itinerário, de modo geral, acaba tendo uma maior representatividade frente à outras iniciativas e também do segmento turístico. Todos estes aspectos positivos estão diretamente relacionados ao terceiro princípio de uma gestão participativa ideal que preza pela sustentabilidade através da harmonia entre aspectos sociais, ambientais e econômicos.

QUADRO 20 - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS GESTORES

Problemas de entendimentos conceituais (oferta, segmento)
Integração e Cooperação
Gestão com visão centralizada em apenas um dos grupos gestores
Dependência dos Órgãos Públicos
Falta de iniciativa dos Empreendedores
Medo de mudanças/Inovação a respeito da oferta de novas atividades e tecnologias

FONTE: A Autora (2016)

Conforme o Quadro 20, a dificuldade principal enfrentada pelos gestores está nos problemas de entendimento com conceituações referentes ao segmento do turismo rural e também em se entenderem como parte da oferta turística do itinerário. Isto pode ser resultado do acompanhamento escasso com cada um destes proprietários para que eles possam entender qual é o contexto das novas atividades inseridas naquele espaço.

Problemas na integração e Cooperação entre os integrantes é uma das dificuldades mais relevantes para este estudo, pois as características de uma gestão participativa são relacionadas, justamente, a esta integração e cooperação. Inserido nestes problemas estão conflitos entre os empreendedores, associação e órgãos públicos, entre outros. Muitas vezes a falta do estabelecimento das funções de cada grupo pode ser o motivo destes conflitos.

Com o decorrer destes conflitos a gestão passa de caráter participativo à uma gestão centralizada, favorecendo um grupo específico. Em vezes, não se tem uma organização muito forte como gestora do itinerário e o OOT acaba tomando para si esta gestão para que o itinerário possa ter uma continuidade. A grande dependência destes órgãos também é mais uma das dificuldades.

Outra dificuldade que estes gestores têm enfrentado é a falta de iniciativa dos proprietários. A pouca pró-atividade e participação pode ser originada da falta de ações motivacionais voltadas a estes empreendimentos. Sem esta motivação, os empreendedores passam a não ver mais sentido na participação deste itinerário.

Por fim, existe ainda o medo de mudanças e inovação dos proprietários, normalmente aqueles de idade mais avançada. Este medo deve ser trabalhado com ações de apresentação a estas novas mudanças e tecnologias.

A partir destes dados é que se pode compreender o real contexto da gestão participativa nestes itinerários. Com isso, é possível o desenvolvimento de diretrizes capazes de auxiliar no projeto que será apresentado no tópico a seguir.

5. PROJETO DE TURISMO

Em conformidade com a análise dos resultados de pesquisa apresentados no capítulo anterior, foi conformado o projeto proposto no presente tópico. Assim, foram levantados, através da indicação dos pesquisadores, bons exemplos de projetos e itinerários de turismo rural geridos de forma participativa. Além disso, houve a comprovação da existência de pontos positivos em se ter uma oferta rural conformada em itinerários.

No entanto, percebeu-se também a existência de problemáticas na estrutura e na gestão destes itinerários, que acabam de certo modo, suprimindo os benefícios que este meio de organização pode originar.

Embora tenha-se a comprovação destas problemáticas, há a necessidade de um longo processo de intervenção e mobilização. Pois, entende-se que há a necessidade de um acompanhamento mais significativo para com estas associações, a fim de propiciar a efetivação da independência destas na gestão dos itinerários de turismo.

A partir destes motivos expostos é que recai a relevância deste projeto proposto que objetiva a construção do Projeto de Assistência Técnica e Extensão em Turismo Rural – PATETR que será detalhado nos próximos tópicos.

A nomenclatura deste Projeto se deu através da conceituação da Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural inserida na Política Nacional homônima, sendo implementada pelo Pronater, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. (BRASIL, 2016)

No Paraná, o órgão responsável pela realização das ações da Ater é a EMATER, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural que tem como missão Promover o desenvolvimento Rural Sustentável, coordenando, articulando e executando Assistência Técnica e Extensão Rural em benefício da sociedade paranaense. (PARANÁ, 2016)

5.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto de turismo proposto neste trabalho consiste no Projeto de Assistência Técnica e Extensão em Turismo Rural direcionado aos gestores de itinerários e/ou projetos de turismo rural a fim de auxiliar em seu processo de gestão. Como gestores, entende-se, principalmente as entidades organizadas a fim de representar os interesses dos participantes do projeto, como associações e/ou cooperativas.

O Projeto será realizado no espaço ao qual o itinerário está inserido, tendo ressalvas para a realização de cursos, oficinas, visitas técnicas e demais atividades que houver a necessidade de serem realizadas em outras localidades. A realização do Projeto de Assistência Técnica e Extensão em Turismo Rural será por parte do Turismólogo contratado pelas associações, Órgão Municipal de Turismo (OOT) ou até mesmo as Instâncias de Governança Regionais, para desenvolver atividades necessárias ao longo de um período aproximado de oito meses.

A realização deste projeto se justifica nos resultados de pesquisa do presente trabalho referentes aos problemas de gestão enfrentados nos itinerários de turismo rural. Portanto, a partir destas pesquisas, viu-se a necessidade da realização de um Projeto de Assistência Técnica e Extensão em Turismo Rural com o acompanhamento de um Turismólogo, a fim de analisar estas problemáticas e propor soluções em conjunto com todos os demais participantes do itinerário como os órgãos públicos, os agricultores, empreendedores, entre outros.

Este Projeto terá como ponto de partida um material de Orientações para uma gestão participativa em itinerários de Turismo Rural, podendo ser aplicadas a quaisquer iniciativas coletivas de turismo rural que estejam iniciando suas atividades ou que já estejam atuando e que venham enfrentando estas dificuldades. A partir disto, é que ocorrerão as quatro etapas do projeto que são: Diagnóstico, Planejamento, Implantação e Acompanhamento.

A garantia do sucesso da implementação do Projeto será quando ao final for verificado que a gestão encontrada no itinerário está em acordo com os princípios e critérios estipulados nos Quadros 2 e 3 deste trabalho.

Assim, a gestão do itinerário deverá envolver todos os atores da atividade turística, envolver a comunidade de forma organizada em todos os processos de tomada de decisão, além de ter sua atuação baseada na sustentabilidade. Isto,

através do envolvimento de uma associação instituída como gestora do itinerário, onde há uma concordância dentre todos os membros em se fazer parte desta organização, tendo funções definidas com o intuito de beneficiar o interesse coletivo.

Cada uma destas etapas terá um custo de realização, que envolve o preço da consultoria entre outros gastos. Para a realização do projeto, estima-se uma receita total em custos fixos de R\$ 14.715,00.

5.2. ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

5.2.1. Descrição das Etapas para a Execução do Projeto

A seguir, serão descritas as quatro etapas do projeto que são diagnóstico, planejamento, implantação e acompanhamento. Sendo que em cada etapa serão realizadas uma série de ações necessárias para o cumprimento do projeto conforme quadro a seguir.

QUADRO 21 - ETAPAS DO PROJETO

ETAPAS	AÇÕES	Meses							
		1	2	3	4	5	6	7	8
1º Etapa: Diagnóstico	Levantamento dos problemas	X							
	Elaboração do Material de Orientações	X	X						
	Sensibilização: empreendimentos e órgãos públicos		X						
2º Etapa: Planejamento	Oficinas: Definição de papéis, objetivos, ações e metas		X	X					
3º Etapa: Execução	Realização das ações definidas				X	X	X	X	
4º Etapa: Acompanhamento	Verificação objetivos							X	X
	Revisão de ações para solução dos problemas								X

Fonte: A Autora (2016)

De acordo com o quadro anterior, a 1º Etapa de Diagnóstico será realizada em duas ações principais, o levantamento dos problemas e a sensibilização. Embora

tenha-se obtido uma relação dos problemas mais recorrentes nestes itinerários, a investigação de cada caso se faz necessária para conhecer mais a fundo quais são as reais complicações do itinerário em questão.

Assim, um diagnóstico será feito pelo turismólogo através de entrevistas com cada um dos componentes do itinerário (empreendedores, agricultores, líderes da associação, representantes OOT) indagando estas problemáticas. Partindo disto, é que o material de Orientações para uma gestão participativa em itinerário de Turismo Rural será elaborado de modo a envolver a situação do itinerário em questão.

Já a terceira ação desta mesma etapa consiste na sensibilização dos envolvidos sobre o trabalho que será realizado através de reuniões. Nestas reuniões, haverá a distribuição do material referente às Orientações para uma gestão participativa a fim de propiciar uma maior familiaridade acerca do assunto. Estas Orientações darão o suporte a todo o trabalho que será desenvolvido posteriormente. Estas ações ocorrerão no segundo mês de atuação do projeto.

A 2ª etapa é referente ao planejamento, nesta tem-se como ação principal a realização de oficinas participativas com o intuito de definir os papéis que cabem a cada um dos envolvidos e também traçar objetivos, suas ações e metas para o desenvolvimento do projeto. Esta etapa será realizada no segundo e terceiro mês de execução do projeto.

A definição dos papéis de cada participante, ou a falta dela, foi um dos grandes problemas constatados nos resultados de pesquisa e isso também acaba sendo um fator influenciador de conflitos e também a dependência das associações perante os órgãos públicos. Estas oficinas devem ser realizadas com o envolvimento de cada um dos participantes do itinerário, deste modo haverá a certeza de que cada opinião foi ouvida e considerada, sem que haja a privilegiação de um dos grupos representativos. Havendo também a exposição de todos os problemas encontrados na primeira etapa para que os objetivos, ações e metas sejam acordados.

É também nesta fase que será feita a abertura àqueles proprietários que não se adaptaram com a atividade turística para deixarem o itinerário, ou se houver intenção, de permanecer realizando outras atividades que não tenham um contato direto com o público. Este passo é de extrema importância, pois há uma singularidade em cada componente e nem todos são obrigados a aderir a uma atividade da qual não se sente confortável em exercer.

A execução, propriamente dita, se enquadra na 3ª Etapa e será realizada do quarto ao sétimo mês do tempo disposto ao projeto. Nesta, serão realizadas as ações que foram definidas pelos participantes na etapa anterior. Agora, cada um dos componentes saberá sua função e assim as atividades serão direcionadas da melhor maneira. Isto decorrerá na independência de cada grupo, principalmente as associações, mas ainda assim será constituída uma relação de confiança entre cada um destes grupos.

Por fim, a última etapa se constitui no acompanhamento de todo o projeto e será realizada no penúltimo e último mês dentre os oito meses estabelecidos. A duas ações referentes a esta etapa serão a de verificação do cumprimento dos objetivos e a revisão de ações para solução dos problemas. Deste modo, para conhecimento da efetividade do Projeto, será necessária uma avaliação do cumprimento dos objetivos traçados na 2ª etapa assim como a verificação se os problemas identificados na 1ª ainda perduram.

Esta avaliação será feita em conjunto aos integrantes por meio de reuniões. Se estes problemas ainda fizeram parte deste processo de gestão, será feita uma segunda ação a fim de explorar os motivos do não cumprimento para que seja possível a elaboração de outra solução. Ainda, será realizado um acompanhamento por parte do turismólogo ao itinerário a cada ano posterior à realização do projeto para à verificação da efetividade e continuidade das ações previstas.

Os conteúdos trabalhados no Projeto constantes no material de Orientações, de acordo com o quadro a seguir, estão diretamente ligados com as principais temáticas deste trabalho, Itinerários, Turismo Rural e Gestão Participativa.

QUADRO 22 – ORIENTAÇÕES PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA EM ITINERÁRIOS DE TURISMO RURAL

ORIENTAÇÕES PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA – PATETR
Tópicos Importantes na Elaboração de um Itinerário Turístico³
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e envolver atores da atividade; • Definição de competências e funções; • Diagnóstico da oferta e equipamentos turísticos; • Definição de temática e âmbito; • Identificação dos possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos; • Estabelecer ações de implementação do itinerário turístico;

³ Conteúdo baseado em Bahl (2004); Bahl e Nitsche (2012); Brasil (2007) e Ramos e Santos (2012).

<ul style="list-style-type: none"> • Ações de monitoramento e avaliação do itinerário. 	
Caracterização do Turismo Rural⁴	
<ul style="list-style-type: none"> • Atividades estratégicas voltadas à preservação e reocupação de espaços rurais; • Meio de garantir a conservação das atividades agrícolas e permanência da família rural no campo; • Alternativa de Renda aos produtores; • Atividades Desenvolvidas no Espaço Rural; • Atividades Desenvolvidas relacionadas à Ruralidade. 	
Gestão Participativa: Fatores Positivos	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de uma rede colaborativa para troca de conhecimentos e experiência 2. Integração entre todos envolvidos 3. Valorização dos aspectos rurais e opiniões dos produtores 4. Facilitação de divulgação e promoção como um produto maior 5. Aproveitamento maior dos recursos humanos e financeiros 6. Maior representatividade no mercado turístico 	
Princípios da Gestão Participativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Envolvimento de todos os atores da atividade turística em todas as ações tomadas relativas à gestão; 2. Comunidade em papel de destaque nas decisões referentes ao planejamento das atividades turísticas; 3. Gestão baseada na sustentabilidade promovendo a harmonia entre fatores sociais, ambientais e econômicos.
Crítérios da Gestão Participativa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Instituição de uma organização formal para a gestão do Itinerário (Associação); 2. Deve haver total concordância em se fazer parte do grupo; 3. Cada participante deve se comprometer a desempenhar uma função que beneficie o interesse coletivo; 4. Decisões serão realizadas através de reuniões onde no final será feita a votação a fim de acatar a vontade da maioria 5. O controle de qualidade participativa deve ser feito constantemente.
DIRETRIZES PARA O PATETR	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar um diagnóstico situacional a fim de investigar quais são as problemáticas 2. Envolver todos aqueles que integram o itinerário 3. Cada decisão, por mínima que seja, deve ser realizada de forma democrática 4. Os papéis de cada grupo ou individuo devem ser estabelecidos, também de forma democrática 5. As entidades representativas devem ser preparadas a fim de assumirem a gestão do itinerário de forma independente, fazendo com que os demais grupos atuem em ações mais pontuais que cabem as competências estabelecidas 	

⁴ Conteúdo baseado em Brasil (2010); Tulik (2003) e Zimmermann (2001).

FONTE: A Autora (2016)

Assim, no Material de Orientações para uma gestão participativa em itinerários de turismo rural deverá conter uma breve descrição acerca dos itinerários, turismo rural e gestão participativa, que podem ser trabalhadas em todo o processo de implantação do Projeto, principalmente na 2º etapa que abrange a mobilização dos participantes acerca das atividades que irão acontecer.

O conteúdo de Itinerários e Turismo Rural estão mais relacionados à formatação e/ou reformulação do Itinerário ao qual o Projeto será desenvolvido. Ainda, a parte da caracterização do turismo rural pode ser aproveitada nas reuniões a fim de corroborar no entendimento e pertencimento às atividades que os integrantes irão trabalhar.

Serão apresentados também os aspectos positivos desta gestão a fim de esclarecer os benefícios que estes participantes terão com o desenvolvimento deste Projeto. Critérios e Princípios da Gestão participativa também foram elencados, baseados no referencial teórico a fim de guiarem as diretrizes propostas ao Projeto.

5.2.2. Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa

A partir da definição das etapas, é necessário o levantamento dos recursos humanos exigidos para que se faça a articulação destas. Portanto, no quadro a seguir estará elencada a relação das atribuições de cada etapa e os colaboradores que farão com que estas sejam cumpridas.

QUADRO 23 - RECURSOS HUMANOS DO PROJETO

ETAPAS	Atribuições	Colaboradores
1º Etapa	Diagnóstico dos problemas de gestão do itinerário	Turismólogo
	Elaboração do Material de Orientações	
	Realização de reuniões com os participantes do itinerário para sensibilização	
2º Etapa	Organização das oficinas: Envio convites, reserva do local, definição metodologia	Turismólogo

	Suporte na organização das oficinas	Contratantes: Associação, OOT, IGR
	Participação nas oficinas	Todos os integrantes do itinerário
3° Etapa	Execução das ações	Todos os integrantes do itinerário de acordo com a definição de seu papel
	Orientações/Consultoria	Turismólogo
4° Etapa	Análise efetivação dos objetivos	Integrantes e Turismólogo
	Definição de novas ações	
	Elaboração de relatório	Turismólogo

FONTE: A Autora (2016)

Conforme o Quadro 23, a realização do projeto será feita basicamente pelos integrantes do itinerário com o auxílio e acompanhamento do turismólogo contratado. Cabe destacar o papel do turismólogo neste projeto, estando em todas as etapas e na maioria das ações.

Portanto, as ações da primeira etapa serão realizadas pelo turismólogo contrato. Por parte deste profissional será feito o diagnóstico situacional do itinerário de turismo rural e também o agendamento e realização das reuniões para sensibilizar os integrantes de que o projeto será realizado. Também cabe a ele a elaboração e distribuição do material referente às Orientações para uma gestão participativa em itinerários de turismo rural, que é a base do Projeto.

Na segunda Etapa, o turismólogo iniciará as atividades de organização das oficinas. Nesta organização estão inclusas a elaboração da metodologia das oficinas e definição de quantas serão realizadas partindo de princípios participativos, a confecção e envio dos convites e a reserva do local onde as oficinas acontecerão. Ressaltando que o local para a realização destas oficinas pode ser cedido por uma das entidades participantes ou até entidades parceiras. Cabe à entidade contratante, seja associação, OOT ou IGR, fornecer o suporte necessário ao turismólogo para a realização destas oficinas. E aos demais integrantes do itinerário cabe a presença e a participação nas oficinas.

Na terceira etapa é de reponsabilidade dos integrantes do itinerário colocar em prática, de acordo com o papel de cada um, as ações estabelecidas na etapa anterior a fim do cumprimento de seus objetivos. Fica a cargo do turismólogo o fornecimento de orientações caso haja dúvidas e/ou dificuldades na execução.

Na quarta e última etapa, a análise da efetivação dos objetivos, verificação dos problemas e, se caso necessário, as definições de novas ações serão feitas em conjunto por meio de reuniões intermediadas pelo turismólogo. E por fim, o turismólogo irá elaborar um relatório sobre o desenvolvimento do Projeto e os resultados apresentados.

5.2.3. Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa

Neste tópico serão apresentados os custos (fixos e variáveis) estimados para a execução do projeto. A seguir, será ilustrada a relação dos serviços, produtos e recursos humanos, quantidades e seus respectivos custos individuais e totais.

QUADRO 24 - ORÇAMENTO DO PROJETO

ETAPAS	Descrição	Quantidade	Custo Individual	Custo Total
1º Etapa	Turismólogo (fixo)	2 meses	R\$1.800,00	R\$ 3.600,00
	Material: Orientações para uma gestão participativa (fixo)	30 materiais (15 páginas cada)	R\$15,00 (R\$0,70 por página colorida)	R\$ 315,00
2º Etapa	Turismólogo (fixo)	1 mês	R\$1.800,00	R\$1.800,00
	Sala para oficina (variável)	1	R\$800,00	R\$800,00
	Notebook (variável)	1	R\$170,00	170,00
	Projektor (variável)	1	R\$200,00	R\$200,00
	Coffee Break (variável) (+ou- 40 pessoas)	40	R\$15,00 por pax	R\$600,00
3º Etapa	Turismólogo (fixo)	4 meses	R\$1.800,00	R\$ 7.200,00
4º Etapa	Turismólogo (fixo)	1 mês	R\$1.800,00	R\$1.800,00
	Sala para reunião (variável)	1	R\$800,00	R\$800,00
	Notebook (variável)	1	R\$170,00	170,00
	Projektor (variável)	1	R\$200,00	R\$200,00
	Coffee Break (variável) (+ou- 40 pessoas)	40	R\$15,00 por pax	R\$600,00
CUSTOS TOTAIS				R\$ 18.255,00
CUSTOS FIXOS				R\$ 14.715,00

Fonte: A Autora (2016)

O turismólogo, que prestará serviço de forma autônoma, será um dos custos fixos do orçamento deste projeto. O pagamento será feito de acordo com cada mês que será necessário para a realização do projeto.

Embora a profissão do turismólogo não seja regulamentada, é reconhecida pelo governo brasileiro através da Lei nº 12.591, de 18 janeiro de 2012. No entanto, devido a esta não regulamentação não existe um piso salarial fixo, havendo em alguns estados, como o do Rio de Janeiro uma Lei de estado (Lei nº 6.983, de 31 de março de 2015, Art. 1º VIII) que especifica o valor de R\$2.432,72 ao mês.

O Sine (Site Nacional de Empregos) também estipula um piso salarial para o Turismólogo em níveis profissionais a partir da experiência contabilizada em anos de trabalho e também pelo tamanho da empresa. Neste caso, o valor utilizado é referente ao profissional com até dois anos de experiência e empresa de pequeno porte, pois o turismólogo contrato para este projeto é autônomo, totalizando R\$1.1165,37. Para o presente projeto, o valor estipulado para as despesas com o turismólogo está na média entre os dois valores apresentados anteriormente, totalizando R\$1.800,00.

Há ainda outros custos, como a impressão do material de Orientações para uma gestão participativa. A somatória está considerando de 15 a 20 propriedades envolvidas, com uma margem de mais 10 materiais para demais participantes, como os do OOT. Portanto, 30 materiais serão impressos apenas uma vez, na implantação do projeto. Há também a possibilidade de gastos com salas para as oficinas e reuniões, além de *notebook*, projetor e *coffee break*. Este custo é variável, pois pode contar com a disposição de sala e das demais necessidades para as oficinas e reuniões através dos participantes ou entidades parceiras. Mesmo assim, o custo foi elencado e baseado no valor de sala que comporte até 40 pessoas em espaços de eventos, sempre considerando uma margem de mais participantes além dos proprietários rurais.

Isto posto, chegou-se a um valor em custos totais de R\$18.255,00. Desconsiderando os valores variáveis o projeto custaria R\$14.440,00.

5.2.4. Avaliação do retorno do Investimento

A avaliação do retorno de investimento deste projeto será feita de modo qualitativo. Com o desenvolvimento deste projeto, pode haver a influência no aumento

do número de turistas de modo organizado, a valorização dos produtos e serviços, dentre outros fatores que possam a vir gerar retornos financeiros. No entanto, não existem dados numéricos que possam ser medidos.

Desta forma, o retorno relacionado ao investimento despendido neste projeto está na melhoria da gestão dos itinerários de turismo rural.

Conforme análise, teve-se a comprovação que os gestores estavam tendo dificuldades nesta gestão e com este projeto há uma nova possibilidade de resolução destes problemas a fim de evidenciar os processos de gestão de modo colaborativo ressaltando os benefícios da organização da oferta em forma de itinerários. Além de propiciar aos proprietários, aliar de forma sustentável atividades de turismo a fim de complementar a renda das atividades do campo.

Ainda assim, foi estabelecido um indicador qualitativo para que se possa verificar este retorno. Nas oficinas e reuniões deve haver no mínimo 60% de presença dos empreendedores do itinerário, assim em um caso onde há 20 propriedades, o mínimo é que 12 propriedades participem para que realmente este projeto seja aplicado de forma colaborativa e que possa representar a opinião da maioria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho procurou-se responder o problema de pesquisa “Como ocorre a gestão participativa nos itinerários de turismo rural? ”. Para isto, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais além da coleta de dados, feita através de questionários e entrevistas com dois grupos específicos, pesquisadores e técnicos relacionados à temática e gestores de itinerários.

Acerca desta problemática, foram elencadas duas hipóteses que puderam ser refutadas ou confirmadas a partir do cumprimento do objetivo geral e dos objetivos específicos.

Para isto, os procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa tiveram classificação exploratória, utilizando como instrumentos de pesquisa entrevistas e aplicação de questionários. Estas entrevistas e questionários foram voltados à dois grupos distintos, pesquisadores e técnicos relacionados à temática e os gestores de três dos primeiros itinerários de turismo rural implantados na RMC e que se mantêm em funcionamento.

Como primeiro objetivo específico buscou-se verificar a interação entre o poder público, empreendimentos e a sociedade civil inseridos em um itinerário de turismo rural. De acordo com os dados obtidos na pesquisa, foi possível verificar que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores é justamente a de integração, seja pelos próprios empreendimentos, ou dos empreendimentos com outras entidades, como os órgãos públicos. Esta integração é justamente um dos fatores mais necessários para o desenvolvimento de uma gestão participativa efetiva.

O segundo objetivo foi analisar os aspectos positivos e negativos da gestão participativa do turismo em itinerários turísticos, que foi atingindo também com o levantamento de dados e demonstrado na análise dos resultados.

Por fim, o último objetivo estratégico se constituiu na proposta de um material de Orientações para uma gestão participativa que pudessem servir de referência para o planejamento e a gestão de itinerários de turismo rural. Este objetivo foi cumprido no projeto por meio da proposta do PATETR - Projeto de Assistência Técnica e Extensão em Turismo Rural que tem como base um material de Orientações para uma gestão participativa em itinerários de turismo rural, desenvolvida a partir da coleta de dados desta pesquisa.

Assim, as hipóteses puderam ser atestadas. Estas, foram levantadas com base nas conclusões do estudo sobre itinerários de turismo rural na RMC de Nitsche, Neri e Bahl (2010). Portanto a primeira hipótese é acerca de problemas de comunicação entre a sociedade civil organizada, empreendimentos e o poder público foi confirmada. Este contexto de problemáticas entre a comunicação e integração dos participantes foi um dos destaques dentre as dificuldades identificadas na pesquisa.

Outra dificuldade identificada na pesquisa, corrobora para a confirmação da outra hipótese sobre problemas que o empreendedor tem em se entender como uma oferta turística pertencente ao contexto do turismo rural. Deste modo, os empreendimentos realmente necessitam de orientação e maior acompanhamento na oferta de seus atrativos voltados a atividade turística.

Portanto, em resposta à problemática inicial, constatou-se que a gestão participativa em itinerários de turismo rural vem ocorrendo de forma lenta e com algumas dificuldades. Embora existam muitos fatores positivos em se ter uma gestão que atue de modo participativo as dificuldades estão justamente na tentativa de integração entre os grupos integrantes.

Deste modo, a pesquisa traz como contribuição para à comunidade acadêmica a abordagem direta da temática da gestão participativa em itinerários de turismo rural, justamente pela deficiência de estudos que relacionem estas temáticas e ainda levantem as dificuldades destes itinerários em relação a gestão.

A partir disto, é que recai a importância de uma assistência técnica e extensão para que esta gestão seja construída aos poucos com a cooperação de todos. A garantia do sucesso da implementação deste Projeto será quando ao final for verificado que a gestão encontrada no itinerário está em acordo com os princípios e critérios que orientam as diretrizes definidas no projeto.

Deste modo, a gestão do itinerário deverá envolver todos os atores da atividade turística, destacando a comunidade de forma organizada em todos os processos de tomada de decisão, além de ter sua atuação baseada na sustentabilidade. Isto, através do envolvimento de uma associação instituída como gestora do itinerário, onde há uma concordância dentre todos os membros em se fazer parte desta organização, tendo funções definidas com o intuito de beneficiar o interesse coletivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

AQUINO, Fernanda Maria Farias de. Cartilha: **Turismo rural na Agricultura Familiar**. 2012. Disponível em <<http://www.sda.ce.gov.br/index.php/editais-e-licitacoes-novo/category/40-material-selecao-agente-rural-2015?download=843%3Acartilha-turismo-rural-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BAHL, Miguel; NITSCHKE, Letícia Bartoszeck. Roteiros e Itinerários turísticos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo. In: RAMOS, Silvana Pirillo (Org.). **Planejamento de roteiros turísticos**. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2012. Cap. 2. p. 37-52.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.76 - 91. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2016.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JUNIOR, João. Associativismo rural e agricultura familiar: O caso de Orizona. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 16, n. 31, p.137-154, set. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9196/5660>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

BOVO, Carlos Eduardo Oliveira. Associativismo – o melhor caminho para o fortalecimento do turismo em espaço rural. In: SARTI, Antonio Carlos. **Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural**. 01. ed. Piracicaba: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 2005. Cap. 4, p. 149-153.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006. **Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília.

BRASIL. Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012. **Reconhece A Profissão de Turismólogo e Disciplina O Seu Exercício**. Brasília.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 Roteirização Turística**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. Brasília, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrários. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater)**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/politica-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-pnater>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: O programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (pntraf) e o papel do estado do paraná no contexto. **Revista de Cultura e Turismo**. Ilhéus, p. 111-131. jun. 2013. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano7-edicao2/6.candiotto>>. Acesso em: 02 maio 2016.

COOPTUR. **Sobre a COOPTUR**. 2016. Disponível em: <<http://www.cooptur.coop.br/sobre-a-cooperativa/>>. Acesso em: 20 jul. 2016

DELGADO, Maurício. **Turismo no espaço rural na região administrativa de Campinas**. 2004. 216 f. TCC (Gradua o) - Curso de Turismo, Escola de Comunica es e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.idestur.org.br/download/20080614173022.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

ELESBÃO, Ivo. O turismo no contexto das transforma es do espaço rural brasileiro. In: CRISTOVÃO, Artur et al (Org.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ufrgs, 2014. p. 239-266.

GIL, Ant nio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999. 151 p.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Ocupa es e rendas rurais no Brasil**. Oficina de Atualiza o Temática. Campinas: UNICAMP, 1997. Disponível em: <http://www.iapar.pr.gov.br/arquivos/File/zip_pdf/ocup_renda_rural.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016

GRIMM, Isabel Jurema. **Mudanças climáticas e turismo: estratégias de adapta o e mitiga o**. 2016. 249 f. Tese (Doutorado) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GUZZATTI, Thaise Costa; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associa o de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, pp.93-106. Disponível em:

<<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/609>>. Acesso em: 0 mai. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório técnico: Projeto Regiões rurais.** 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94413.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

IDESTUR. **Turismo Rural Brasileiro.** 2016. Disponível em: <http://www.idestur.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=65>. Acesso em: 20 jul. 2016.

KUNZLER, Mali Teresinha; BULGACOV, Sergio. As estratégias competitivas e colaborativas e os resultados individuais e coletivos no associativismo rural em Quatro Pontes (PR). **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1363-1393, Out. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 mai. 2016.

LANE, Bernard. Turismo rural de segunda Geração: Prioridades e questões de pesquisa. In: CRISTOVÃO, Artur et al (Org.). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades.** Porto Alegre: Ufrgs, 2014. p. 15-48.

MACEDO, Thuanne Dulcilia. **Relatório de iniciação científica: Turismo e desenvolvimento Rural no Brasil.** Curitiba: UFPR (BANPESQ/THALES: 2012006356). Projeto finalizado em 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck. (Coord.) **Turismo e desenvolvimento Rural no Brasil.** Curitiba: UFPR (BANPESQ/THALES: 2012006356). Projeto finalizado em 2014.

NITSCHKE, Letícia Bartoszeck; NERI, Luciane de Fatima; BAHL, Miguel. **Organização local de itinerários turísticos en la Region Metropolitana de Curitiba,** Paraná, Brasil. *Gestión Turística (Valdivia. Impresa)*, v. 1, p. 93-112, 2010. Disponível em: <<http://mingaonline.uach.cl/pdf/gestur/n13/art04.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

NOVAES, Marlene Huebes. Turismo rural em Santa Catarina. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 43-50, 1994. Disponível em: <<https://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/690>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** 2010. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Ciências e Tecnologia, Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bpp/33004129042P3/2010/oliveira_ar_dr_prud.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2016.

PAIVA, Naia Maranhão de; ARAÚJO, Maria Pereira de. Gestão participativa e ecoturismo em Unidades de Conservação: a voz da comunidade através do Conselho Gestor. **Anais** do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.11-26. Disponível em <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/756>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

PARANÁ. Paraná Turismo (PRTUR). **Regiões turísticas**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=946>> Acesso em: 22 abr. 2016.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). **Visão, Missão e Papéis**. 2016. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=45>> Acesso em: 20 out. 2016.

PAULUS, Beatriz. Turismo rural e desenvolvimento regional. In: SARTI, Antonio Carlos. **Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural**. 01. ed. Piracicaba: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 2005. Cap. 4, p. 47-50.

RAMOS, Silvana Pirillo; SANTOS, Angela Maire dos. Traçando itinerários para um turismo de experiências: o caso do Caminho Lagunar - AL. In: RAMOS, Silvana Pirillo (Org.). **Planejamento de roteiros turísticos**. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2012. Cap. 1. p. 11-36.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 7267, de 26 de abril de 2016. **Institui Pisos Salariais no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro Para As Categorias Profissionais Que Menciona e Estabelece Outras Providências**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/9a8c63522249e25083257fa2006043c8?OpenDocument>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SANT'ANNA, Dalva Garcia; OLIVEIRA, Maria Teresa Chenaud Sá de; BERENSTEIN, Symona Gropper. **Gestão Participativa para um turismo sustentável**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2001.

SANTOS, Altair Sancho Pivotto dos; TADINI JUNIOR, Ângelo Benjamim Costa. Planejamento participativo nos turismo rural: um estudo caso em Maria da Fé, MG. In: SARTI, Antônio Carlos. **Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural**. 01. ed. Piracicaba: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 2005. Cap. 4, p. 47-50.

SEBRAE. **Coopetição**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/artigos/Coopetição>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SILVA, Gislene. **O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo, São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/200/199>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

SILVA, Juliana Fernandes da; BRANDÃO, Juzânia Oliveira da Silva. Turismo, gestão participativa e sustentabilidade: caso da Vila do Aventureiro (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp.586- 601. Disponível em <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/643>>. Acesso em: 04 mai. 2016

SINE. **Média Salarial Turismólogo**. 2016. Disponível em: <<http://www.sine.com.br/media-salarial-para-turismologo>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SIQUEIRA, Deis e OSORIO, Rafael. O conceito de Rural. In: **Una nueva ruralidad em América Latina?** Ed. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

TEIXEIRA, Andressa Ramos. **A contribuição das associações Caminho dos Pomeranos e Porto Alegre Rural para o Desenvolvimento da Atividade Turística no espaço Rural**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências Econômicas, Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49833/000828993.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 maio 2016.

TOLEDO, Carla; AMODEO, Nora Beatriz Presno. Associações Comunitárias do Meio Rural: Um Estudo de Caso no Centro Oeste de Minas Gerais. **Mundo Agrário**. Viçosa, p. 11-11. dez. 2014. Disponível em: <<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv15n30a12/6440>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento do espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; TEIXEIRA, Andressa Ramos. Novas ruralidades: Demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Org.). **Teoria e pratica do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. Cap. 4. p. 47-58.

ZIMMERMANN, A. **Planejamento e Organização do Turismo Rural no Brasil**. In: ALMEIDA, J. A; FROEHLICH, J. M; RIEDL, M. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. Cap. 6, P. 127-142.

APÊNDICE 1 - FORMULÁRIO AOS PESQUISADORES E TÉCNICOS

1. Apontar um ou mais exemplos de Itinerários de Turismo Rural. Quais os motivos da indicação?
2. Apontar dificuldades enfrentadas pelos gestores dos itinerários de Turismo Rural.
3. Apontar fatores positivos relacionados a gestão participativa em itinerários de turismo rural.
4. Na sua opinião, dentro deste contexto, quais fatores necessitariam ser estudados com mais afinco.

APÊNDICE 2 - FORMULÁRIO AOS GESTORES

1. Quais são as principais entidades responsáveis pela gestão do Roteiro?
 - Associação
 - Órgão Oficial de Turismo do Município
 - Conselho Municipal de Turismo
 - Cooperativa
 - Outro
2. As tomadas de decisão relacionadas à gestão do Roteiro são feitas em conjunto por todos os atores da atividade turística (Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil Organizada)? Quais atuam mais ativamente?
3. Existem problemas de integração entre alguns destes atores citados acima? Que tipo de problemas?
4. Aponte 4 fatores positivos em fazer parte de um roteiro turístico, levando em consideração o cenário encontrado no Roteiro.
5. Aponte 4 fatores que precisam ser melhorados ou que estejam dificultando a gestão deste roteiro
6. Sugestões para melhorar a gestão do roteiro

APÊNDICE 3 – PRINTSCREEN DO FORMULÁRIO AOS GESTORES

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeWkpOZisii-hPgxB1Uct1fjQfA3qZXL_e1s0q8n52yVhggWw/viewform

GESTÃO PARTICIPATIVA TURISMO RURAL - GESTORES

** Required*

Quais são as principais entidades responsáveis pela gestão do Roteiro de Turismo Rural Caminho do Vinho? *

Associação

Órgão Oficial de Turismo do Município

Conselho Municipal de Turismo

Cooperativa

Other: _____

As tomadas de decisão relacionadas à gestão do Caminho do Vinho são feitas em conjunto por todos os atores da atividade turística (Poder Público, Iniciativa Privada e Sociedade Civil Organizada)? Quais atuam mais ativamente? *

Your answer

Existem problemas de integração entre alguns destes atores citados acima? Que tipo de problemas? *

Your answer

Aponte 4 fatores positivos em fazer parte de um roteiro turístico, levando em consideração o cenário encontrado no Roteiro de Turismo Rural Caminho do Vinho. *

Your answer

Aponte 4 fatores que precisam ser melhorados ou que estejam dificultando a gestão deste roteiro. *

Your answer

Sugestões para melhorar a gestão do roteiro

Your answer

SUBMIT

APÊNDICE 4 – PESQUISADORES: EXEMPLO DE ITINERÁRIOS E MOTIVO

	RESPOSTA
Pesquisador 1	<p>Itinerário: Vale dos Vinhedos, Bento Gonçalves</p> <p>Motivo: Apresenta um modelo de gestão baseado na parceria entre os empreendedores, na maior parte produtores de vinho, que formaram uma associação, APROVALE - Associação dos Produtores do Vale dos Vinhedos em 1993. A associação é a gestora do itinerário, com quiosque de recepção e reuniões periódicas.</p>
Pesquisador 2	<p>Itinerário: Circuito Italiano de Turismo Rural - Colombo/PR</p> <p>Motivo: Pioneiro no estado do Paraná, apoiado pelo Governo Estadual. Também foi objeto da tese de doutorado do Pesquisador.</p>
Pesquisador 3	<p>Itinerário: Circuito Das Frutas</p> <p>Motivo: Existência de vários estudos sobre o Circuito.</p> <p>Itinerário: Fazendas Históricas Paulistas e</p>

	<p>Fazendas Históricas Fluminenses</p> <p>Motivo: Experiências pouco exitosas.</p> <p>Itinerário: Tentativa de empreendimentos do Vale do Paraíba (São Paulo), Pindamonhangaba e outros</p> <p>Motivo: Parecem estar alcançando resultados.</p>
Pesquisador 4	<p>Itinerário: Estrada Bonita (Joinville/SC)</p> <p>Motivo: Um dos primeiros Itinerários do Brasil.</p> <p>Itinerário: Circuito Italiano de Turismo Rural (Colombo/PR)</p> <p>Motivo: O primeiro itinerário do Paraná.</p>
Pesquisador 5	<p>Itinerário: Caminhos de Pedra e Vale dos Vinhedos</p> <p>Motivo: Boa gestão integrada a outros roteiros e se constituíram efetivamente em produtos turísticos disponíveis no mercado de operadores e agentes de viagens no Brasil.</p>
Pesquisador 6	<p>Itinerário: Turismo Rural na Região de Lajes</p> <p>Motivo: Pioneira da modalidade no Brasil.</p> <p>Itinerário: Acolhida na Colônia</p> <p>Motivo: Modelo de gestão participativa, roteiro consolidado.</p> <p>Itinerário: Turismo Rural na região metropolitana de Curitiba - mais recentemente o Circuito Rural Taquaral - São José dos Pinhais (2015)</p> <p>Motivo: Destaca-se pela iniciativa de trabalho que busca integrar as Colônias vizinhas.</p>
Pesquisador 7	<p>Itinerário: Rota da Agroindústria em Nova Aurora/PR</p> <p>Motivo: Projeto desenvolvido por iniciativa colaborativa entre Emater e SENAR com o intuito de potencializar uma vocação agroindustrial familiar da localidade.</p> <p>Itinerário: Roteiro do Rio Sabiá em Matelândia/PR (Circuito Sabiá)</p> <p>Motivo: Presença da Emater no desenvolvimento do roteiro com apoio da Itaipu. Uma proposta que ganhou prêmio em marketing. Mas a maior dificuldade foi que na atual gestão</p>

	<p>da prefeitura se deixou de dar o devido suporte.</p> <p>Itinerário: Roteiro não nominado em Maripá/PR</p> <p>Motivo: Roteiro sustentável, com o apoio da prefeitura, do Senar, e da iniciativa privada que faz o trabalho receptivo. O roteiro gera movimentação ao longo de outros períodos do ano em complemento à festa das Orquídeas e do Peixe, que ocorre sempre na última semana de agosto.</p> <p>Itinerário: Roteiro Caminhos do Colono, Serranópolis do Iguaçu/PR</p> <p>Motivo: Forte empenho municipal com a contratação de um turismólogo e estabelecendo uma parceria com o Senar para qualificação e com a mobilização dos agricultores no processo de criação do roteiro, fazendo com que seja um dos melhores. Buscam facilitar a localização dos turistas às propriedades. Trabalham muito os produtos da agroindústria e aspectos coloniais, além de promover a festa do Arrancadão do Jerico.</p>
<p>Pesquisador 8</p>	<p>Itinerário: Roteiros da RMC – Caminho do Vinho, Caminhos de Guajuvira, Verde que te quero verde, Circuito da Natureza</p> <p>Motivo: Caminhos de Guajuvira em especial, pois era funcionária do órgão de turismo na época. Mas de maneira geral, os roteiros citados foram desenvolvidos a partir de um propósito acima da fragilidade da RMC por conta da água e pensou-se propor alternativa de renda para quem trabalhava com agricultura familiar. Ainda, havia uma ideia de se estender os parques de Curitiba para a Região metropolitana para se diminuir o fluxo na cidade. Deste modo, foram propostas que ligaram elementos como meio ambiente, renda, lazer e turismo.</p> <p>Itinerário: Caminho do Piraí, Estrada Bonita e Caminho do Marreco</p>

APÊNDICE 5 – PESQUISADORES: DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS GESTORES

	RESPOSTAS
Pesquisador 1	<ul style="list-style-type: none"> ● A persistência em trabalhar em conjunto no longo prazo; ● Superação do individualismo e dos interesses privados em benefício do interesse comum; ● Modificação, ao longo do tempo, do território, que vai perdendo as características da ruralidade, incorporando elementos da sociedade urbana.
Pesquisador 2	<ul style="list-style-type: none"> ● Manter e garantir um fluxo turístico regular; ● Conflitos entre OOT e proprietários; ● Não possuir um transporte público para visitas os estabelecimentos, de modo que a visita deveria ser organizada pelo próprio turista, em veículos particulares.
Pesquisador 3	<ul style="list-style-type: none"> ● Dificuldade de se entender como parte da oferta turística de um destino; ● Esforços individuais e pontuais; ● Ausência de políticas públicas que deem suporte e orientação de forma perene; ● Um posicionamento reativo e pouco proativo; ● Não conseguem se conformar como um produto turístico muitas vezes pela falta de clareza acerca da própria identidade.
Pesquisador 4	<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de recursos humanos e financeiros.
Pesquisador 5	<ul style="list-style-type: none"> ● Pouca capacidade de investimento; ● Pouca participação; ● Perspectiva limitada do que é um destino turístico e sua transformação em produto;

	<ul style="list-style-type: none"> • Pouca disponibilidade de produtos "exclusivos", capazes de gerar uma demanda significativa. Comumente os produtos são os mesmos em roteiros rurais.
Pesquisador 6	<ul style="list-style-type: none"> • Inovar para atrair a demanda (sem perder as características que os torna singulares); • Motivar para permanecerem cooperados (aderentes); • Disponibilizar canais de comercialização (sem com isso incorrer na lógica instrumentalizadora e capitalista).
Pesquisador 7	<ul style="list-style-type: none"> • Organização através de um envolvimento municipal e das outras entidades cooperativa ou associação.
Pesquisador 8	<ul style="list-style-type: none"> • Em termos de políticas públicas no estado, necessidade de o turismo rural ser fortalecido como um segmento; • Problemas de entendimento de conceito por parte dos empreendedores acerca do turismo rural; • A lógica empresarial tem características diferentes em relação ao produtor. Com isso, há problemas de clareza das opiniões de cada um acabando por ter uma visão parcial ou única, desmotivando àqueles que não se identificam com esta visão; • Produtores rurais como coadjuvantes. Muitas vezes estes produtores estão no roteiro apenas para suprir outros empreendimentos. Quando isso acontece o papel tão importante dos agricultores, e que confere a identidade ao roteiro, acaba sendo tirado desse processo. • Excursões em grande quantidade e organizadas com pouco tempo de permanência nas propriedades. Assim, experiência que se quer ser passada do convívio com o meio rural acaba sendo prejudicada; • Dependência dos empreendimentos em relação aos órgãos públicos municipais, que tem limitações em suas ações. Nesses projetos deve-

	<p>se ter uma relação de confiança, mas não de dependência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca motivação, capacitação, desenvolvimento da criatividade empreendedorismo. Precisa-se de uma valorização humana maior, a consideração do indivíduo, o que cada um tem de positivo e negativo. E esse é um trabalho de extensionista, de dia a dia que se sobrepõe a um tempo político, leva-se muito tempo e nem todo mundo está a fim disso.
--	--

APÊNDICE 6 – PESQUISADORES: FATORES POSITIVOS DA GESTÃO PARTICIPATIVA

	RESPOSTAS
Pesquisador 1	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de marketing de conjunto; • Caracterização do território com uma identidade turística; • Junção de esforços para um objetivo comum.
Pesquisador 2	Inexistência da gestão participativa no CITUR. As decisões são concentradas em pessoas específicas do Conselho e OOT.
Pesquisador 3	A gestão participativa apresenta bons resultados a longo prazo e é uma conquista que precisa ser alimentada e cuidada cotidianamente, porque a dinâmica social é um fator importante neste processo.
Pesquisador 4	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito ao agricultor/proprietário rural ao se levar em consideração sua opinião; • Melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros.
Pesquisador 5	<ul style="list-style-type: none"> • Coopetição; • Aprendizagem coletiva; • Abertura para formação de redes externas ao destino; • Compras coletivas de insumos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Ações cooperadas de promoção.
Pesquisador 6	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação; • Tomada de decisão; • Fortalecimento de vínculos locais; • Fortalecimento da imagem da região; • Empoderamento.
Pesquisador 7	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo rural é um complemento de renda; • Cultivar a ruralidade, o amor a terra e o orgulho de ser rural; • Ajuda na permanência das pessoas no meio rural, não só fisicamente, mas emocionalmente; • Reatamento e uma compreensão em como que as pessoas podem ser felizes em lugares menos impactados com as funções e com conforto de cidades; • O turismo rural acaba ajudando muito na preservação do meio ambiente.
Pesquisador 8	<ul style="list-style-type: none"> • Promove uma interação para atingir objetivos em comum aumentando as chances de êxito.

APÊNDICE 7 – PESQUISADORES: FATORES QUE NECESSITAM DE MAIS ESTUDO

	RESPOSTAS
Pesquisador 1	<ul style="list-style-type: none"> • A participação dos jovens nas associações de turismo, como forma de manter a sucessão e o espírito de ação comunitária ao longo do tempo; • Alterações estruturais e físicas nos territórios onde se desenvolvem itinerários de turismo rural.
Pesquisador 2	<ul style="list-style-type: none"> • Efeitos da inserção em roteiros turísticos por parte de agricultores familiares, investigando efeitos positivos e negativos destes roteiros de

	turismo rural no plano empírico.
Pesquisador 3	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de atuar coletivamente relacionada com os valores e a cultura de cada sociedade.
Pesquisador 4	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do turismo x gestão da atividade agrícola; • Transformação da propriedade rural em produto turístico.
Pesquisador 5	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de inovação em produtos; • Processos de certificação da produção como Indicações Geográficas, Denominações de Origem, entre outros; • Capacidade de gestão das propriedades, fortalecimento de ações de capacitação e benchmarking; • Fortalecer os mecanismos criativos endógenos para romper a dependência de consultorias externas "estilo Sebrae"; • Busca por mecanismos de financiamentos e inovações na área em programas como Pronaf, Proger Turismo Rural e bancos de fomento regional.
Pesquisador 6	<ul style="list-style-type: none"> • As dimensões do Empoderamento e das transformações ocorridas nos territórios.
Pesquisador 7	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de ações colaborativas que tenham sido bem-sucedidas para que sejam apoiadas pelo Estado.
Pesquisador 8	<ul style="list-style-type: none"> • Formas de acesso: Investimento em sinalização e informação sobre os itinerários para que haja a possibilidade de o roteiro ser feito pelos turistas por conta própria • Novas tecnologias (aplicativos de localização) • Independência dos empreendimentos em relação aos órgãos de turismo. Sabe-se que o papel do órgão público tem suas limitações, e é importante que cada componente neste roteiro tenha bem certo o seu papel. Dessa maneira, se evita ruídos.

APÊNDICE 8 – GESTORES: TOMADA DE DECISÕES

	RESPOSTAS
ACAVIM	Existem reuniões que são realizadas, tanto na associação como na prefeitura. A decisão final, geralmente é da associação, mas sempre são feitas sugestões do órgão que são levadas para a associação, assim como a associação busca entrar em contato com o OOT caso tenham dúvidas ou sugestões.
Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira	São feitas pela Secretaria de Turismo e Cultura, juntamente com a associação e seus cooperados.
ECITUR	Sim, são tomadas em conjunto. O poder público é quem atua mais ativamente.
OOT Araucária	As decisões são tomadas em conjunto, porém o Departamento de Turismo atua mais ativamente.
OOT São José dos Pinhais	Cada um dos atores desempenha funções bem específicas dentro da gestão dos roteiros de turismo rural de São José dos Pinhais, dentre eles: Caminho do Vinho, Caminhos da Colônia Murici e Circuito Rural Taquaral. Especificamente ao Caminho do Vinho, cabe à Administração Municipal de SJP (Prefeitura, por meio da Sictur), a gestão sobre as coisas públicas, seus serviços e obras, destacando: pavimentação, sinalização, paisagismo (ruas e praças), roçadas, coleta de lixo, eventos públicos, link do site do roteiro dentro do site da Prefeitura, etc. Já a Associação Caminho do Vinho Colônia Mergulhão (ACAVIM) é responsável pela gestão do roteiro em si, destacando: controle de associados e empreendimentos, sinalização padronizada dos mesmos, parceria nos eventos, divulgação e marketing, linha turismo, solicitação via Ofício após assembleia de serviços da Prefeitura, etc.
OOT Colombo	<p>Sim, na figura do Órgão Oficial de Turismo e Conselho Municipal de Turismo (participação da sociedade civil organizada e entidade pública)</p> <p>De certa forma, algumas decisões são tomadas junto ao conselho municipal de turismo, que é composto pela sociedade civil organizada e pelo poder público.</p>

APÊNDICE 9 – GESTORES: PROBLEMAS DE INTEGRAÇÃO

	RESPOSTAS
ACAVIM	Normalmente não ocorrem problemas, a relação se dá muito bem. Se ocorrer algum problema, há uma conversa e se busca entrar em acordo. Em 16 anos de roteiro, não houve problema grave. Uma questão que dificulta, às vezes, é a mudança de gestão nas prefeituras, com isso a mudança de pessoal também ocorre.
Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira	Sempre existem problemas a serem superados.
ECITUR	Normalmente não existem muitos problemas não. O principal é falta de engajamento de alguns empreendedores.
OOT Araucária	Não existe, a relação é bem tranquila. As discussões sempre terminam com o consenso de todos.
OOT São José dos Pinhais	Como qualquer relação, existem momentos de harmonia e momentos críticos, atualmente a relação está positiva, com cada um dos atores desempenhando suas funções. Os problemas que existiram foram relacionados à burocracia pública na velocidade de execução de serviços solicitados pela ACAVIM, por exemplo, na atualização da Sinalização Turística de acesso (parcialmente executada) e a instalação de placas no Contorno Leste e BR-376 (pendentes), estas dependem de autorização da concessionária local e depende de processo licitatório específico, devido às características técnicas de sinalização em BR's ser diferente da sinalização urbana do município. Outros problemas que existiram anteriormente tratavam da questão de divulgação, alvará dos empreendimentos (em andamento), etc.
OOT Colombo	Sim. Falta de articulação da sociedade civil organizada. Não há uma associação específica do segmento turístico, ficando o COMTUR articulado a associações "secundárias" - ex. Associação Comercial; Cooperativa dos Agricultores, etc.
	Sim, apesar do conselho de turismo ter a participação da sociedade civil organizada, essa participação ainda é pequena. Deveríamos ter uma associação de turismo atuante dentro do município.

APÊNDICE 10 – GESTORES: FATORES POSITIVOS EM FAZER PARTE DE UM ITINERÁRIO

	RESPOSTAS
ACAVIM	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuiu o êxodo rural; • Trabalho e produtos valorizados; • Qualidade de vida; • Venda direta dos produtos e o lucro já fica com os produtores.
Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira	<ul style="list-style-type: none"> • Ter uma Secretaria de Cultura e Turismo no município; • Ter empreendimentos dispostos a fazer parte do roteiro; • Valorização da área rural; • Valorização da Cultura Polonesa.
ECITUR	<ul style="list-style-type: none"> • Integração entre os empreendimentos (conhecimento do que fazem e como recebem os turistas); • Visibilidade na região metropolitana; • Canal de comunicação com o poder público; • Ambiente de troca de experiências.
OOT Araucária	<ul style="list-style-type: none"> • Outra alternativa de renda para o agricultor; • Produtor não precisa sair de casa para atender o cliente, é o cliente que vem até ele; • Divulgação da cultura local, preservando os costumes, aqui no caso mais expressiva a cultura polonesa; • Desenvolvimento local, uma vez que com fluxo turístico melhora a sinalização e conservação das estradas pois os empreendimentos em sua grande maioria estão localizados na área rural; • Geração de renda de pessoas que não estão ligadas diretamente ao turismo.
OOT São José dos Pinhais	<ul style="list-style-type: none"> • Alternativa de renda ao produtor local, permanecendo na propriedade; • Preservação da cultura e costumes da família; • Atração dos jovens da família para o convívio na administração e funcionamento dos empreendimentos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação da paisagem rural, podendo impedir o avanço da área urbana sobre a região turística, se for bem trabalhado junto à Acavim e Prefeitura.
OOT Colombo	<ul style="list-style-type: none"> • Integração com os demais atrativos e empreendimentos do Circuito; • Uma marca e identidade visual comum a todos (fortalecimento); • Ações de promoção e fomento do coletivo; • Maior influência ("peso") para integrar ações de investimento e infraestrutura.
	<ul style="list-style-type: none"> • A integração com os demais empreendedores do Circuito Italiano; • A participação em eventos organizados pelo departamento de turismo; • A divulgação dos empreendimentos em sites e material gráfico.

APÊNDICE 11 – GESTORES: FATORES QUE DIFICULTAM A GESTÃO

	RESPOSTAS
ACAVIM	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria/reforma na sinalização; • Melhoria nos estacionamentos e na capacidade; • Melhoria de Paisagismo (conscientização dos empreendedores e de moradores de que a melhoria de sua propriedade trará mais benefícios, mas os empreendedores fazem a sua parte).
Associação de Turismo Caminhos de Guajuvira	<ul style="list-style-type: none"> • Melhores sinalizações indicando o roteiro, até o município mesmo não conhece o roteiro; • Problemas financeiros enfrentados pelo município dificultando o atendimento das necessidades do roteiro.
ECITUR	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de elaboração de um produto definido (roteiros fixos com valor determinado); • Entraves burocráticos para agilizar ações dos órgãos públicos.
OOT Araucária	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação, as mídias sociais hoje têm um papel importante, acesso rápido as informações, porem o grupo é formado por pessoas de idade mais avançada, sendo difícil para eles essas novas tecnologias.

	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação - o grupo tem medo de mudanças, ficando um pouco acomodado.
OOT São José dos Pinhais	<ul style="list-style-type: none"> • Especulação imobiliária - o valor das propriedades subiu muito nos últimos anos, aliado ao assédio das imobiliárias, leva a condomínios fechados, que apesar da legislação municipal proibir a prática, acabam se instalando irregularmente; • Empreendimentos alugados e geridos por pessoas que não são moradores da região e não tem comprometimento com a proposta do roteiro; • Dificuldades da ACAVIM em encontrar outras fontes de renda, que não a mensalidade dos associados, para pagar as despesas necessárias referente ao itinerário; • Problemas de controle de fluxo aos finais de semana, gerando filas de espera em empreendimentos de alimentação e vinícolas. O desafio está em não afugentar o visitante que está à procura de sossego ou que procura um local mais calmo para seus momentos de lazer.
OOT Colombo	<ul style="list-style-type: none"> • A inexistência de uma associação; • Recursos financeiros (público e privado); • Elaboração e efetivação do Plano Municipal de Turismo e Plano de Marketing para o Circuito Italiano; • Conclusão das obras de infraestrutura básica, que estão aquém do "poder" do Departamento de Turismo. • Uma maior participação dos empreendedores, fazer com que eles entendam que fazem parte de um grupo e não são concorrentes; • Falta de recurso; • Fazer com que alguns empreendedores entendam que o turismo de Colombo funciona aos fins de semana, portanto é o dia que as propriedades devem estar abertas; • Falta de segurança na área rural.